

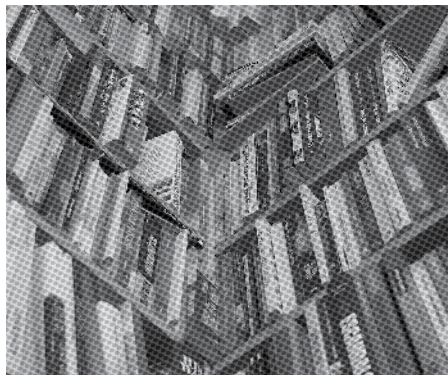
## ENTREVISTA EUGÊNIO BUCCI

Para o professor, a sociedade brasileira ainda não vê a imprensa livre como um serviço de primeira necessidade. E nem mesmo a maioria dos empresários da comunicação. **PÁG. 18**



# JORNALISMO É ACHADO VIVO

Mais que afetar uma profissão, a crise na imprensa impacta a sociedade democrática, enquanto o conteúdo de qualidade, livre e investigativo não encontrar meios de sustentação financeira nesta era digital e pós-industrial. Mas surgem iniciativas em contraponto à tradicional forma de como as notícias chegam ao grande público. **PÁG. 30**



## MERCADO DESPREPARADO, FACULDADES IDEM

O profissional capaz de fazer análise de conjuntura e de dados – com muita qualidade – parece ser o jornalista de amanhã, ou de daqui a pouco. Mas será que as escolas de jornalismo brasileiras estão prontas? **PÁG. 46**

## COPYLEFT X COPYRIGHT

Na era da internet, abrir mão dos direitos autorais em prol da circulação de informação é alternativa para veículos de comunicação ganharem força. **PÁG. 38**

## JORNALISMOS POSSÍVEIS

Conheça experiências de quem se desencantou dos grandes meios, nem os conheceu ou partiu direto para a prática quando o Brasil resolveu ocupar as ruas. **PÁG. 40**

## ENERGIA: REVOLUÇÃO ÀS AVESAS

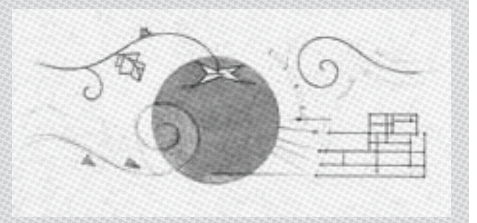
Exploração do gás de *shale* põe em xeque a expansão das fontes renováveis. **PÁG. 10**

## OS CONTADORES VÃO SALVAR O MUNDO?

Ao se reportar impactos socioambientais negativos e positivos da atividade produtiva nos balanços corporativos, os instrumentos financeiros e econômicos passam a jogar a favor da sustentabilidade. **PÁG. 13**

## SEM MEDO DE LEVAR TOMATE

Sistema de monitoramento de chuvas e temperatura analisa dados em lavouras no Rio de Janeiro, calcula necessidade real de agrotóxicos e prova que é possível produzir com menos pesticidas. **PÁG. 45**



SANTANDER: ELEITO, PELO  
FINANCIAL TIMES, O BANCO  
MAIS SUSTENTÁVEL DAS  
AMÉRICAS E TAMBÉM O BANCO  
MAIS SUSTENTÁVEL DO MUNDO.

Ranking - Banco mais Sustentável

**1º SANTANDER**

O jornal britânico Financial Times acaba de eleger o Santander Brasil o Banco mais Sustentável das Américas e, o Santander, o Banco mais Sustentável do Mundo. Essa é uma das mais importantes premiações de Sustentabilidade do setor financeiro. E esses prêmios são dois grandes reconhecimentos ao conjunto de ações que desenvolvemos para a inclusão social e financeira, a educação e os negócios socioambientais no Brasil e em todos os países onde atuamos.

Se você também quer dar vez à sustentabilidade em sua vida e em seus negócios, acesse [www.santander.com.br/sustentabilidade](http://www.santander.com.br/sustentabilidade)

SUA VEZ. SUA VOZ. SEU BANCO.

 **Santander**  
um banco para suas ideias

[santander.com.br](http://santander.com.br)

## O Quarto Poder em rede

A revolução digital não veio apenas alterar a plataforma usada pela comunicação. Tudo indica que a teoria do professor canadense Marshall McLuhan, de meados do século XX, comprova-se novamente: o meio é a mensagem, ou seja, mais que transmitir a informação, o meio age como elemento determinante para a mensagem.

A comunicação em rede eletrônica, cada vez menos hierarquizada e cada vez mais acessível e colaborativa, afeta em cheio as empresas de jornalismo, cujo modelo de negócios não se reinventa desde o século XIX. Mais que isso, altera a estrutura de como se produz, distribui e remunera o conteúdo, chegando a pôr em xeque a profissão do jornalista – seremos todos repórteres em uma grande teia, exercendo um serviço de baixa ou nula remuneração?

Dessacralizado nas ruas e nas redes, o jornalismo parece perder força. Mas, em meio a um forte enxugamento do mercado editorial, nunca se consumiu tanto conteúdo jornalístico – levando a crer que a crise atual embute uma oportunidade de ouro para inovações. Enquanto modelos alternativos vêm sendo testados aqui e ali (*mais à pág. 40*), será preciso encontrar formas de financiamento que sustentem o “fazer jornalismo” – mas isso só funcionará quando a sociedade reconhecer que esse é um serviço fundamental, como ressalta o professor Eugênio Bucci em *Entrevista*.

Além de mergulhar no tema do jornalismo, esta edição faz dois lançamentos de peso. O primeiro é a publicação mensal de reportagens e/ou entrevistas sobre temas estratégicos para a democracia e a sustentabilidade, com participação do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) na proposição de temas. Esse lançamento faz parte da parceria entre IDS e Página22, disponibilizado para cidadãos e governantes. O segundo é a cobertura sistemática da construção da agenda pós-2015, ano em que devem entrar em vigor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que também será chave na discussão das negociações climáticas.

Boa leitura!



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

**COORDENADOR** Mario Monzoni  
**VICE-COORDENADOR** Paulo Durval Branco  
**COORDENADOR ACADÊMICO** Renato J. Orsato  
**JORNALISTAS FUNDADORAS** Amália Safatle e Flavia Pardini  
**EDITORA** Amália Safatle  
**REPÓRTER** Thaís Herrero  
**EDIÇÃO DE ARTE** Marcius Marques  
www.vendoeditorial.com.br  
**ILUSTRAÇÕES** Sírio Braz (seções)  
**REVISOR** José Genulino Moura Ribeiro  
**COORDENADORA DE PRODUÇÃO** Bel Brunhoro

**COLABORARAM NESTA EDIÇÃO**  
Amanda Abad, Ana Cristina d'Angelo, Arthur Fujii, Eduardo Magossi, Eduardo Shor, Fabio F. Storino, Gisele Neuls, Ignacy Sachs, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro, Roberto S. Waack  
**ENSAIO FOTOGRAFICO** Arthur Fujii  
**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Amália Safatle (MTb 22.790)

---

**ANUNCIE**

**COMERCIAL E PUBLICIDADE**  
Nominal Representações e Publicidade  
Mauro Machado  
mauro@nominalrp.com.br  
(11) 3063.5677

**REPRESENTANTE EM BRASÍLIA**  
Marketing 10 – José Hevaldo  
jh@marketing10.com.br  
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

---

**REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br  
www.fgv.br/ces/pagina22

**CONSELHO EDITORIAL**  
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Roberto S. Waack

---

**IMPRESSÃO** D'Lippi Artes Gráficas Ltda.  
**DISTRIBUIÇÃO** Door to Door Logística e Distribuição  
**TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 5.000 exemplares  
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

---

**APOIO**




MISTO  
Papel produzido a partir de fontes responsáveis  
FSC® C044008

A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

**creative commons**  
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22 gratuitamente, acesse [pagina22.com.br/novo\\_leitor](http://pagina22.com.br/novo_leitor)



**14 PÓS-2015** Produção e consumo sustentável são um dos temas centrais dos ODS. O próximo passo será definir como abordá-lo em termos práticos

**18 ENTREVISTA** A sociedade brasileira desconhece, até hoje, o valor de uma imprensa livre e fiscalizadora do poder, diz o professor Eugênio Bucci

**24 RETRATO** O alfaiate, o relojoeiro, o senhor que conserta telefone. Tem também a costureira e o barbeiro. Nenhum dá trela para os tempos modernos

**30 CAPA** A crise do jornalismo pode impactar a sociedade democrática, enquanto o conteúdo de qualidade, livre e investigativo não encontrar meios de sustentação financeira na era digital

**40 JORNALISMOS POSSÍVEIS** Conheça experiências de quem se desencantou dos grandes meios, nem os conheceu ou partiu direto para a prática quando o Brasil resolveu ocupar as ruas

**46 FORMAÇÃO** Como as faculdades devem preparar os alunos (e se preparar) para as novas demandas da profissão jornalística?

### Seções



CAPA: Arte: Marco Cançado

- 06 Notas
- 08 Web
- 10 Economia Verde
- 13 Artigo
- 44 Coluna
- 45 Análise
- 50 Última

### Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

#### INBOX

**[Mobilizações marcam a preparação para a Copa – edição 75]** O legado da Copa não se limita à dimensão material. Discussão interessante essa apresentada por PÁGINA22.

**[O que fica para a pátria em chuteiras? – edição 75]** O maior legado que a Copa deixará para o Brasil, sem dúvida, é a mobilização social!

**[O estilingue da Copa – edição 75]** Curto e grosso....De arrepiar!!!

**[A hora e a vez do Brasil – Blog da Redação]** O povo atuando no

Um estilingue com mira a laser...  
**Leandro Saca**

**[EUA lançam sua primeira iniciativa de peso de combate à mudança climática – De lá pra cá]** Um alento... efeito Sandy.

**[EUA lançam sua primeira iniciativa de peso de combate à mudança climática – De lá pra cá]** Um alento... efeito Sandy.

papel de próprio representante. Não precisamos de partido.

**Elizeu Barbosa**  
Excelente visão do momento!!  
**Daniel Oliveira**

**[EUA lançam sua primeira iniciativa de peso de combate à mudança climática – De lá pra cá]** Um alento... efeito Sandy.  
**Juliana Campos Lopes**

#### OUTBOX

**Errata:** Na Entrevista com Juca Kfourri publicada na edição 75, uma frase foi transcrita errada. A correta é “Não faz o menor sentido o Brasil sediar as Olimpíadas”. E onde se lê Roberto de Freitas leia-se Bebeto de Freitas. A versão eletrônica e o pdf disponíveis no site da revista estão corretas.

**[ABELHAS 1]**

## Pressão move o Reino Unido

O governo britânico finalmente cedeu à intensa pressão de ambientalistas e cientistas por uma política de enfrentamento da morte em massa das abelhas e outros insetos polinizadores. No fim de junho, o governo anunciou que lançará no primeiro semestre de 2014 a Estratégia Nacional sobre Polinizadores. A iniciativa tentará conter o desaparecimento das abelhas no Reino Unido.

É um passo notável da administração do primeiro-ministro David Cameron, que tem sido aliada de primeira hora do lobby da indústria de agrotóxicos contra a proibição do uso de inseticidas da classe dos neonicotinoides, associados por renomados cientistas ao colapso das colônias de abelhas em todo o mundo. Foi graças ao Reino Unido, à Alemanha e a países do Leste Europeu que a proposta de suspensão por dois anos do uso de três neonicotinoides sofreu várias derrotas antes de ser aprovada no fim de abril pela União Europeia.

Para formular a estratégia, o Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (Defra, na sigla em inglês) ordenou uma revisão ampla e urgente de evidências científicas e iniciativas acadêmicas e da sociedade civil para proteger abelhas e outros polinizadores, insetos imprescindíveis na manutenção de três quartos das plantações de produtos alimentícios no mundo. Tanto a revisão como a futura estratégia foram anunciadas por Lord Rupert de Mauley, do Defra, no dia 28 de junho no “British Bees Summit”, realizado em Londres pela Amigos da Terra, a mais influente organização ambientalista da Grã-Bretanha.

“Muito trabalho tem sido realizado no sentido de aprimorar nossa compreensão das pressões sobre os polinizadores e para enfrentá-las nos últimos anos. Mas penso que é honesto reconhecer que esse trabalho não tem sido tão integrado quanto poderia e sabemos



que há lacunas nas evidências (*científicas sobre as causas do desaparecimento das abelhas*)”, relatou Lord de Mauley à conferência da Amigos da Terra.

“Há dois anos tenho defendido a elaboração pelo governo de um plano nacional de ação para estancar o declínio das abelhas no Brasil”, diz Osmar Malaspina, professor da Unesp de Rio Claro e um dos maiores especialistas do País no tema da vulnerabilidade de polinizadores aos agrotóxicos. Para ele, a iniciativa britânica é uma ótima ideia, uma vez que reunirá cientistas para identificar lacunas no conhecimento sobre o desaparecimento das abelhas e planejar medidas de proteção a esses insetos.

— **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

**[ABELHAS 2]**

### PARALISIA NO BRASIL

O governo até o momento não seguiu o exemplo da União Europeia, que banuiu por dois anos o uso de três inseticidas, período durante o qual serão realizados estudos para subsidiar uma diretriz mais duradoura em torno da matéria.

Há rumores de que pode ocorrer até agosto uma reunião conjunta entre o Ibama e a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), ligada ao Ministério da Agricultura, para avaliar a necessidade de possíveis alterações na instrução normativa de janeiro que limitou à fase de floração das lavouras a proibição de aplicação de quatro inseticidas (três deles são os mesmos banidos na Europa).

O imbróglgio deve ganhar maior visibilidade pública, a depender dos

desdobramentos da audiência pública sobre os impactos dos agrotóxicos nas abelhas que a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cmads) da Câmara dos Deputados programou para 4 de julho.

Segundo a assessoria de imprensa da bancada do PV na Câmara, a audiência foi sugerida pelo deputado Antônio Roberto (PV-MG), motivado pela reportagem “Duelo desigual”, publicada na edição 73 de PÁGINA22 (*disponível em [bit.ly/15OIHlb](http://bit.ly/15OIHlb)*). (JAGP)

**[EMPREENDEDORISMO]**

### PÁGINA22 GANHA PRÊMIO DA AFRAS

A revista PÁGINA22 recebeu o prêmio de Melhor Reportagem de Revista no Prêmio ABF Afras Destaque Sustentabilidade 2013.

A premiação, concedida pela Associação

Franquia Sustentável (Afras), braço social da Associação Brasileira de Franchising (ABF), reconheceu as melhores iniciativas e práticas de sustentabilidade realizadas ao longo de 2012 no setor de franchising e também os melhores trabalhos da mídia. O prêmio foi entregue no dia 27 de junho, em São Paulo.

A reportagem vencedora foi “Apoio ao empreendedorismo”, da seção *Economia Verde*, da edição 65, escrita pela jornalista Gisele Neuls.

No texto, ela aborda o programa New Ventures, iniciativa do World Resources Institute (WRI), que apoia negócios sustentáveis em países emergentes. Um dos casos citados é o da empresa franqueadora Dry Wash, que desenvolveu tecnologia de lavagem de carros a seco para diminuir o gasto com água.

Também foram premiados o *Diário Comércio Indústria & Serviços*, na categoria Jornal, com a matéria “Plano de resíduos sólidos abre novos mercados no País” e o Portal Administradores, na categoria On-line, com a reportagem “Modelos sustentáveis transformam resíduos em oportunidades e lucros”.

**[JORNALISMO]**

### ALÉM DAS REDAÇÕES

O jornal britânico *The Guardian* abriu, no final de maio, uma cafeteria no bairro de Shoreditch, na Zona Leste de Londres, região conhecida por abrigar empresas como Facebook, Google, Cisco e Last.fm. A intenção do jornal é atrair o público ligado em tecnologia que circula na área para o #guardiancoffee, nome dado à cafeteria, e assim criar um vínculo maior e em tempo real com as pessoas que estão formatando o futuro digital na Inglaterra.

O local terá rede 4G, wi-fi, além de iPads distribuídos pelas mesas com as edições do *The Guardian* e *The Observer* à disposição dos clientes. Com isso, o jornal pretende criar uma interação maior com os leitores, que poderão partilhar ideias e opiniões diretamente com os jornalistas lá presentes, praticando-se assim um jornalismo colaborativo.

A editora de tecnologia do *Guardian*, Jemina Kiss, fará, por exemplo, uma série de entrevistas em vídeo com os principais novos talentos em tecnologia diretamente da cafeteria. Segundo ela, o jornal quer repensar a forma pela qual jornalistas e editores trabalham.

No #guardian coffee, a xícara de café sai pelo preço de 2,50 libras, cerca de R\$ 8,30. Mas não há sinais do jornal impresso por lá.

— **POR EDUARDO MAGOSSÍ**



# OLHA ISSO!

**POR FABIO F. STORINO\***

### EICHMANN NA PAULISTA

Durante o mês de junho, manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público ocorreram em várias cidades do País. Em São Paulo, a reação da polícia aos manifestantes pareceu particularmente desproporcional, vitimando também jornalistas e pessoas que nem sequer participavam do ato. Como explicar aquela violência cometida pelos policiais?

Além das explicações clássicas (despreparo, cultura militar etc.), embora verdadeiras, pode ter entrado em ação o que Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”: a ideia de que o mal não é exercido apenas por fanáticos ou sociopatas, mas também por pessoas comuns que, acatando ordens superiores, cometem atos abjetos que, em dado contexto, consideraram “normais”.

Em 1961, três meses depois do início do julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann em Israel (onde Hannah estava como correspondente de uma revista americana), Stanley Milgram, professor de psicologia da Universidade Yale, ficou incomodado com uma pergunta: “Poderia o holocausto ter acontecido aqui?” Com o pretexto de conduzir um experimento para aumentar a capacidade de memória das pessoas, Milgram de fato media a disposição de participantes em obedecer a uma figura de autoridade.

Mais de mil voluntários, de variado perfil etário e socioeconômico, receberam a instrução de aplicar um leve choque de 15 volts em desconhecidos (atores) caso errassem um problema. A intensidade do choque ia aumentando, assim como o grito de sofrimento dos atores, pelos quais o “cientista” da sala, de jaleco, assumia diante dos voluntários a responsabilidade por qualquer consequência. Milgram replicou o experimento sob várias condições e, em uma delas, 90% dos voluntários aceitaram aplicar a carga máxima (fictícia) de 450 volts no agonizante ator.

Em 1967, em uma escola de Palo Alto, Califórnia, um professor de História Contemporânea tentava explicar a seus alunos como a população alemã teria aceito a ascensão do nazismo e as atrocidades cometidas por ele. Para isso, criou um movimento chamado “A terceira onda”, cuja simbologia lembrava o próprio nazismo, que em pouco tempo saiu de seu controle e ganhou vida própria. A experiência foi dramatizada pelo filme alemão *A Onda* (2008).

Quatro anos mais tarde, na mesma Palo Alto, agora na Universidade de Stanford, o professor de psicologia Philip Zimbardo conduziu o que ficou conhecido como o “experimento da prisão de Stanford”, no qual dividiu voluntários (alunos de Stanford com perfil de boa conduta) entre prisioneiros e guardas de uma prisão fictícia. O que era para ser um experimento de duas semanas precisou ser cancelado no sexto dia, após inúmeros abusos cometidos por aqueles no papel de guarda (*ver seu TEDtalk em [goo.gl/amAA6](http://goo.gl/amAA6)*).

Mais de três décadas depois, soldados americanos cometiam inúmeros atos de tortura em uma prisão iraquiana, Abu Ghraib. O Pentágono classificara aqueles soldados como “maças ruins numa cesta de boas maçãs”. Zimbardo, convocado como testemunha especialista, resumiu o cenário de maneira inversa: “Não se pode ser um pepino doce em um barril de vinagre”.

Mais do que componentes situacionais, entretanto, Zimbardo enfatiza a importância de componentes sistêmicos, que incluem a cultura e os padrões de conduta socialmente esperados. Para evitarmos os grandes atos de maldade, ele defende que mudemos nosso foco para o heroísmo cotidiano, promovendo uma “banalidade do bem”.

\* **FABIO F. STORINO É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**

POR THAÍS HERRERO

## PRATA DA CASA

# A hora e a vez do Brasil

Junho ficará marcado para a História como o mês em que os brasileiros voltaram em massa às ruas para se manifestar. O que começou com o preço das tarifas de transporte público – altas demais para uma população que não vê qualidade no serviço – virou um caldeirão de causas, das mais diversas. Mesmo depois de governantes baixarem os valores, o povo continuou a postos com cartazes em punho mostrando, sobretudo, a crise de representatividade política e das instituições estabelecidas.



Se é difícil prever o desenrolar dessa história, há sinais no passado recente que já indicavam o que cedo ou tarde encontraria seu ponto de fervura. PÁGINA22 captou e capturou alguns desses movimentos em várias entrevistas e reportagens – a reforma política, o empoderamento do cidadão pelos canais digitais, o desencanto com os rumos da democracia, a cultura *hacker* de “ocupar pelas brechas”. Reunimos parte desse material para ser revisitado e analisado.

Em 2010, por exemplo, entrevistamos o cientista político Sérgio Abranches. Ele abordou a crise de representatividade dos partidos, que em 2013 viu suas bandeiras serem queimadas:

“Penso o contrário dos meus colegas cientistas políticos: eles acham que é preciso fortalecer os partidos, eu acho que tem que acabar com eles. Porque é uma velha tecnologia institucional para um tipo de política que não tem mais cabimento, a da representação estreita. Com a tecnologia de interação, com a riqueza de interatividade que tenho hoje com a circulação de informações, não preciso de partido para agregar meus interesses. Não preciso de um partido para dizer qual é o programa que devo seguir. Partido hoje é uma camisa de força, é fonte de corrupção e de cooptação”.

Leia no site de PÁGINA22 o texto que retoma análises de um povo que não estava dormindo, como muitos dizem. Estava, no máximo, cochilando.



## FISCAL DA CIDADE

O celular e o Facebook transformam-se em ferramentas de melhora da cidade por meio do aplicativo Colab ([colab.re](http://colab.re)) e as suas três utilidades básicas: O cidadão fiscaliza a cidade, denunciando problemas como



calçadas irregulares, focos de dengue, entre outros. O segundo passo é ir além da reclamação. Há espaço para a proposição de projetos com potencial de mudar a dinâmica da cidade, do estado ou até do país. Depois de publicada a ideia, o fórum de discussões é formado para aprimoramento e viabilização. A última tarefa é avaliar a cidade em “qualidade geral”, “limpeza, equipamentos e acessibilidade”.

O aplicativo, criado por um grupo de brasileiros, funciona para o mundo todo e, em junho, ganhou o prêmio AppMyCity!, promovido pela New Cities Foundation. Está disponível gratuitamente para Android e iOS.

## BANCO MUNDIAL

Os bancos de tempo são conhecidos por possibilitar que as pessoas troquem umas com as outras favores e tarefas que envolvam habilidades ou um tempo livre. Você cuida do cachorro do seu vizinho por uma noite e ele conserta seu computador na outra, por exemplo. O [TimeRepublik.com](http://TimeRepublik.com) é um dos sites que fazem a intermediação entre interessados nessas trocas. A diferença é que ele integra diferentes países. Assim, mais do que trabalhos presenciais, é possível oferecer e receber trabalhos remotos, como a tradução de um texto.

## VALE O CLICK

### IMAGEM AOS 30

Três décadas de mudanças na paisagem da Terra estão retratadas no site [world.time.com/timelapse](http://world.time.com/timelapse). O material é fornecido de oito satélites que estão em órbita desde 1984 e já fizeram milhões de fotos. No site, criado em parceria entre a revista *Time*, a Nasa e o Serviço Geológico dos EUA, você vê, por exemplo, ilhas artificiais aparecendo no litoral de Dubai e a Floresta Amazônica minguando.

### ROTA ENGAJADA

Por três meses, Carolina Bernardes viajou por 7 estados e 11 cidades de São Paulo a Fortaleza em busca de projetos de cunho social que transformam e empoderam populações locais. O relato da viagem está no blog [RotaBrasilSocial.com](http://RotaBrasilSocial.com). Sem muito dinheiro envolvido, o projeto foi viabilizado com trocas e colaborações de amigos e gente que ela conhecia no trajeto. E, em breve, deverá seguir em nova jornada sobre permacultura.



### CARTILHA NACIONAL

Tudo sobre educação e escolas no Brasil: é o que o site [gedu.org.br](http://gedu.org.br) pretende mostrar. Há dados sobre infraestrutura, número de alunos e funcionários de todas as escolas do País, públicas e particulares, além de estatísticas por estado e cidades. Os dados provêm do Censo Escolar e de avaliações, como a Prova Brasil 2011. Dá para comparar os resultados entre regiões e ver a evolução do ensino de alguns anos para cá. E muitos outros dados.



## O Programa Brasileiro GHG Protocol completa cinco anos de existência e convida você para celebrar esta data.

→ 5 DE AGOSTO DE 2013 ←

Reserve a sua agenda e venha conhecer a história do Programa e os dados publicados em mais de 100 inventários de emissões de gases do efeito estufa (GEE) por organizações de diversos setores da economia brasileira.

Este é mais um passo da principal iniciativa voluntária de mapeamento corporativo de emissões de GEE do Brasil, rumo a uma economia de baixo carbono.

### Faça parte dessa história!

Saiba mais: [www.fgv.br/ces/ghg](http://www.fgv.br/ces/ghg)

REALIZAÇÃO





## Revolução às avessas | A exploração crescente do gás de shale põe em xeque a expansão das fontes renováveis

MAGALI CABRAL

**A** tão sonhada revolução energética ambiental, fundamental para frear as emissões de gases-estufa e seu efeito mais perverso, o aquecimento global, parece estar acontecendo no campo da energia fóssil. A rápida revitalização da indústria dos Estados Unidos, associada à redução das emissões de CO<sub>2</sub> do país para os mesmos níveis registrados em meados de 1990, chamou a atenção do mundo para o shale, ou folhelho, em português – popularmente conhecido como xisto no Brasil. Trata-se de uma rocha presente em boa parte do globo que pode liberar grande quantidade de gás natural (metano) depois de um sofisticado processo de fraturamento hidráulico [1]. O Brasil é um dos países que veem o gás de shale com grande interesse: em novembro a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá realizar a 12ª Rodada de Licitações [2], voltada para a exploração de gás convencional e não convencional (gás de shale).

O debate sobre os impactos ambientais ainda é recente e tão controverso que a extração do gás de shale está proibida em alguns

países, como França, e até mesmo em alguns estados americanos, como Nova York. Embora o gás natural seja a fonte mais limpa entre os fósseis – emite entre 50% e 70% menos gás carbônico do que o carvão –, o processo de extração do shale gera pelo menos duas incertezas de natureza ambiental. Existe a possibilidade de o metano escapar para a atmosfera, eliminando assim a vantagem climática do não convencional em relação aos demais fósseis [3]. E há também o risco de contaminação do solo e dos lençóis freáticos pelo coquetel de produtos químicos que, depois de preencher as fraturas das rochas e expelir o gás incrustado, é recolhido à superfície e depositado em lagoas.

Até certo ponto, o gás natural é visto com bons olhos pelos ambientalistas. Em estudos de cenário de energia para 2050, o Greenpeace elimina o carvão, os óleos combustíveis e a energia nuclear da matriz energética e mantém apenas o gás natural para suprir as falhas eventuais de geração das usinas de fontes renováveis (hidráulica, solar e eólica). O coordenador da campanha de energias

renováveis do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo, explica que, apesar de ser um combustível fóssil, o gás natural será importante na transição para uma matriz energética renovável. “Sempre teremos necessidade de energia de base termelétrica que possa ser despachável quando necessário”, reconhece. Porém, dados os riscos detectados na exploração de gás de shale, Baitelo defende o uso do gás natural convencional retirado das chamadas rochas reservatório, onde em geral também se encontra petróleo.

As formações de folhelho rico em gás são conhecidas há muitos anos. Mas, em 2005, os EUA introduziram nova tecnologia na exploração, o fraturamento horizontal das rochas [4], aumentando a produtividade dos poços e viabilizando economicamente o gás de shale. Não demorou e descobriram-se folhelhos ricos também em óleo em regiões ao norte do país. Segundo o gerente da empresa de consultoria Gas Energy, Marcelo Mendonça, essa rápida sequência de episódios derrubou o preço do gás de shale – de US\$ 10 por milhão de BTU para US\$ 2,5.

A queda nos preços da energia local contribuiu para a indústria americana reassumir o seu status de grande player no mercado internacional. “Além de reverter o processo de queda de competitividade do seu complexo industrial, o país passou a dominar o mercado de gás e de petróleo de shale”, analisa Mendonça.

### A "ERA DO GÁS"

Assim como o Brasil, a China e vários outros países vão tentar replicar o sucesso americano. Isso pode mudar o cenário geopolítico mundial do petróleo, assim como a própria estrutura econômica global. Na avaliação do físico José Goldemberg, ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP), a corrida pela exploração do

shale poderá colocar em xeque o mercado do petróleo convencional. “Estamos diante da ascensão de uma 'era do gás', o que deve ser uma nova revolução energética, como foi o carvão no século XIX”, afirma Goldemberg. Se isso for verdade, projetos de produção de petróleo muito caros, como o pré-sal brasileiro, correm o risco de se tornar economicamente inviáveis.

Goldemberg não crê que o Brasil consiga acompanhar o ritmo dos EUA, onde foram perfurados cerca de 20 mil poços de shale em menos de dez anos. “Além de toda a infraestrutura que será necessária, as empresas que ganharem o direito de exploração terão dificuldade de obter licenciamento com o Ibama”, assinala o físico. E não é só isso. De acordo com o vice-diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP, Colombo Celso Gaeta Tassinari, as bacias sedimentares [5], onde se encontram as rochas de shale, precisarão ser estudadas exaustivamente antes do início da prospecção.

“Hoje sabemos apenas que existe a reserva de folhelho, mas não sabemos quanto gás ela aprisiona.” Uma vez feito esse levantamento, serão necessários estudos para avaliar as características petrofísicas da rocha e garantir um processo seguro na execução do fraturamento hidráulico. Ou seja, há um longo percurso até que as primeiras porções de gás de shale sejam extraídas em segurança do subsolo. “A produção não deve ocorrer em menos de 10 anos”, calcula Colombo Tassinari.

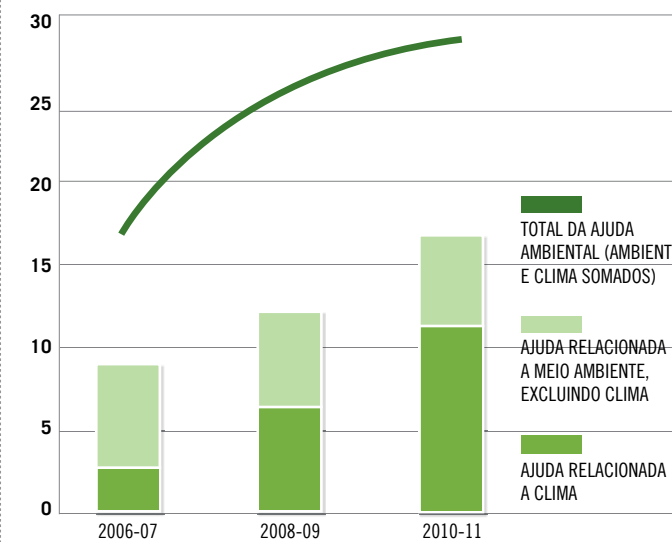
[1] Pequenas explosões provocam fraturas nas rochas; o gás é expelido quando um composto químico preenche essas fraturas. [2] A 12ª Rodada ainda precisa de autorização do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para ocorrer. [3] O potencial de aquecimento do metano (CH<sub>4</sub>) é 21 vezes superior ao do CO<sub>2</sub>, ao longo de cem anos. [4] Ao atingir o folhelho, a sonda se curva e faz a exploração horizontal do poço em um raio de até 1 quilômetro. [5] As bacias de Parecis, Parnaíba, Paraná, São Francisco e Recôncavo estão entre as cotadas para a rodada.

## Cresce a ajuda verde na OCDE

**A** ajuda internacional para financiar a transição dos países em desenvolvimento para o crescimento verde tende a aumentar substancialmente ao longo desta década, segundo análise da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desde 2006, mais do que duplicou o envio de recursos relacionados a meio ambiente e mudança climática pelos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, sigla em inglês para *Development Assistance Committee*).

Em 2010 e 2011, os compromissos bilaterais firmados pelos membros do DAC com países em desenvolvimento chegou a US\$ 17 bilhões – a maior parte disso, quase US\$ 12 bilhões, direcionada à adaptação e à mitigação da mudança climática. Os números dão esperança de que se possa chegar aos US\$ 100 bilhões até 2020, prometidos pelo países industrializados no Acordo de Cancún da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O DAC é composto pelo 26 países da OCDE que mais doam recursos para o desenvolvimento e o combate à pobreza. A análise faz parte do relatório *Putting Green Growth at the Heart of Development*, disponível em [bit.ly/16Dy1MI](http://bit.ly/16Dy1MI). **GN**

EM US\$ BILHÕES, A PREÇOS CONSTANTES DE 2010



FONTE: OCDE/DAC CREDITOR REPORTING SYSTEM (CRS)

## Sem medo de levar tomate | Experiência no Rio de Janeiro mostra que é possível produzir com menos agrotóxicos

GISELE NEULS

O tomate é um dos vilões que levam o agrotóxico para o prato dos brasileiros [1], mas uma experiência na Região Serrana, do Rio de Janeiro, vem mostrando que é possível produzir com menos veneno. O projeto de redução do uso de agrotóxico nasceu em 2012, quando a Olearys, uma empresa de tecnologia agrícola, procurou a Secretaria de Agricultura do Rio para apresentar sua plataforma de monitoramento do clima. Do encontro nasceu uma parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária (Pesagro-RJ) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RJ).

No mercado há 12 anos, a Olearys desenvolveu um sistema de monitoramento climático que envolve estações de medição, envio de informações por satélite, rádio ou celular, processamento de dados e produção de avisos meteorológicos. Até então, o monitoramento climático da empresa atendia somente médios e grandes produtores de soja, maçã, uva e tomate industrial, entre outros. A parceria com a Pesagro e a Emater fluminenses permitiu à empresa levar esses benefícios ao pequeno produtor.

Estações instaladas nas lavouras medem chuva, umidade relativa do ar e temperatura em um raio de até 5 quilômetros. Os dados são processados e geram alertas personalizados para o agricultor, que podem ser recebidos por e-mail, fax ou mensagem de celular. Uma informação preciosa para culturas muito sensíveis à umidade e suscetíveis ao ataque de fungos, como o tomate.

O manejo convencional é feito com base no calendário de produção, com aplicações de agrotóxicos programadas conforme o estágio de desenvolvimento da planta. E muito pela intuição do agricultor. “Tanto o grande quanto o pequeno produtor adotam a mesma técnica: encher de veneno a lavoura. Ele suspeita que pode dar doença e aplica. Nosso sistema mostra que, antes de aplicar, é preciso ver se o clima favorece a doença”, explica Marcos Balbi, diretor-executivo da Olearys.

O resultado é impressionante. Em quatro lavouras monitoradas,

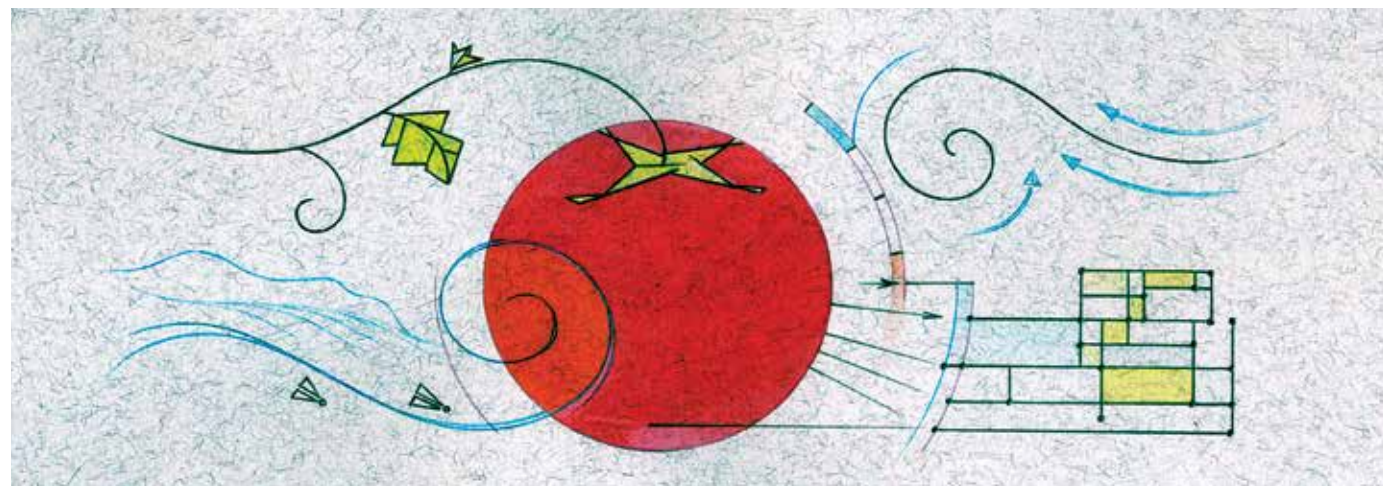
houve redução de 45% na pulverização de fungicidas, que significou a economia de 65 horas de trabalho e de 16 mil m<sup>3</sup> da água utilizada na diluição dos agrotóxicos. O agricultor Elton Silva é um dos casos mais emblemáticos. Segundo a Olearys, ele teria feito 18 pulverizações seguindo o calendário. Com os dados dos alertas recebidos, foram necessárias apenas seis. E o fungicida representa cerca de 11% do custo de produção convencional do tomate.

A primeira fase do projeto, concluída com a instalação de 20 estações de monitoramento, foi desenvolvida dentro do Rio Rural, programa estadual de fomento ao desenvolvimento sustentável em microbacias, com financiamento do Banco Mundial. “Queremos associar a política de gestão ambiental de microbacias com o monitoramento climático”, diz Silvio Galvão, diretor-técnico da Pesagro. Para isso, serão formadas redes de monitoramento climático com a tecnologia testada.

O principal gargalo é a assistência técnica. Apesar do engajamento da Emater – 23 dos 57 escritórios existentes estão envolvidos –, se a tecnologia fosse massificada, faltaria mão de obra para ajudar os agricultores a transformar os alertas de clima em orientação técnica apropriada para suas culturas. Para enfrentar esse problema, o projeto quer envolver as associações de produtores, sindicatos rurais e cooperativas e criar uma rede de técnicos. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro já participa, fornecendo agrônomos residentes [2].

“Testamos, adaptamos, aprovamos, é vantajoso. Agora queremos contemplar o maior número possível de beneficiários por microbacias”, afirma Silvio Galvão. Para 2014, a meta é ter 50 estações instaladas e incluir mais cinco culturas que fazem uso intensivo de agrotóxicos: goiaba, hortaliças folhosas, cenoura, caqui e tangerina poncã.

[1] É um dos 18 alimentos monitorados no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa. Os dados de 2012 estão disponíveis em [bit.ly/1319lwl](http://bit.ly/1319lwl). [2] Como nos programas de residência médica, o agrônomo formado recebe uma bolsa por dois anos para se especializar em uma determinada área.



## Os contadores vão salvar o mundo? | Ao se reportar impactos socioambientais negativos e positivos da atividade produtiva nos balanços corporativos, os instrumentos financeiros e econômicos passam a jogar a favor da sustentabilidade

POR ROBERTO S. WAACK\*

Externalidades: “sustentáticos” são profícuos criadores de vocábulos e conceitos.

Mas, desta vez, vale a pena explorar com atenção essa onda. Parece ter se firmado o reconhecimento, óbvio, de que atividades produtivas causam externalidades. Positivas e negativas, das mais diversas naturezas. Entre elas, impactos na utilização de recursos naturais, benefícios e prejuízos sociais, que cada vez mais passam a ser contabilizados nos balanços corporativos.

O tema foi amplamente discutido na última reunião da Global Reporting Initiative (GRI), em Amsterdã, com o lançamento dos relatórios G4 – a quarta versão do guia que indica como relatar questões relativas à sustentabilidade. Enquanto isso, o Relatório Integrado, que reúne informações financeiras, ambientais e sociais em um só documento, consolida-se (ver reportagem “A vida mais próxima de como é”, edição 55). Há poucos meses, a revista *The Economist* organizou um evento em Estocolmo para tratar do valor de florestas, buscando ir além dos tradicionais componentes monetizáveis como a madeira. *Grosso modo*, monetizável é o que pode ser traduzido em dinheiro.

Os avanços vêm do mundo financeiro e da contabilidade. A relação de externalidades com o valor das empresas parece ser o nome do jogo. A onda da monetização de externalidades ainda se depara com frustrantes iniciativas da criação de um mercado associado a emissões de gases de efeito estufa, passando pela interessante abordagem da *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* (Teeb), até os recentes esforços no mundo dos recursos hídricos. O desafio é considerar externalidades não monetizáveis como elementos que afetam o valor econômico.

Ao mesmo tempo, práticas inaceitáveis no campo socioambiental causam danos reputacionais e de marca absolutamente tangíveis e de grande monta a organizações bastante conhecidas. Como externalidades afetam o valor das organizações (para cima ou



para baixo), é objeto de esforços dos principais players do mundo financeiro. Sim, ganha força a hipótese de que serão os contadores que salvarão o mundo.

Passivos morais transformam-se em legais e conseqüentemente passam a ser mensuráveis e contabilizáveis nos balanços e valorizações de empresas. A incorporação de danos socioambientais, diretos ou indiretos, incluindo a cadeia de suprimentos e o ciclo de vida de produtos, mudam as equações formadoras de custos. Os conceitos de *true cost* e *true price* tomam corpo. Seguradoras, empresas de consultoria, agências de *rating* (que avaliam a capacidade de pagamento de organizações e países), investidores e gestores de capital financeiro estão cada vez mais envolvidos com o tema. O horizonte de análises financeiras se alonga e novas abordagens são discutidas.

Vale a pena visitar iniciativas como a do E-Risc, conduzidas pela Unep Finance Initiative (iniciativa financeira ligada ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), em conjunto com o Global Footprint Network (que mede a pegada ecológica), para análise de risco de crédito soberano, com desenvolvimento de equações inovadoras. A palavra chave aqui é materialidade, ou seja, aquilo que é tangível, substancial – um passo intermediário entre o reconhecimento de externalidades e monetizações.

Para citar uma de várias evidências, a Goldman Sachs elevou de 7 para 400 o número de analistas dedicados a análises ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla

em inglês), ou um terço do esforço analítico dessa tradicional companhia financeira. Entre outros fatores, o motivo desse processo associa-se ao aumento do tempo do prazo de permanência de investidores em negócios, com maior exposição a riscos e benefícios não normalmente considerados em análises de curto prazo. Os chamados *long term fundamentals*, ou fundamentos de análise de longo prazo, crescem em importância no mundo dos investimentos tradicionais.

Uma interessante discussão da reunião da GRI abordou aspectos como a heterogeneidade de agentes do setor financeiro, destacando as diferenças entre empreendedores detentores de ações (que assumem mais risco), investidores de longo prazo (mais pacientes com flutuações circunstanciais de mercado), e gestores transitórios de capital (que entram no negócio e saem logo que há oportunidade de realizar lucros). O mesmo tema foi tangenciado em recente evento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) sobre governança e sustentabilidade.

Externalidades entram cada vez mais nesse jogo. O espectro de criação e degradação de valores econômicos assenta-se em uma mistura de elementos tangíveis, monetizáveis, com componentes intangíveis, em grande parte associados à capacidade de identificação e leitura de sinais emanados por *stakeholders* e ao alinhamento de visões e estratégias com estes diversos grupos da sociedade.

\* PRESIDENTE DA AMATA, EMPRESA DO SETOR FLORESTAL, E MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DA GRI



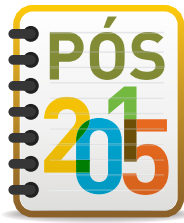
## Produção, consumo e...

A promoção de novos padrões de produção e consumo aparece como um dos três principais temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O próximo passo será definir metas claras de como a questão será abordada na prática

POR GISELE NEULS

...limites





A julgar pelos parágrafos iniciais da Declaração da Rio+20, intitulada *O Futuro que Queremos*, os principais temas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão a erradicação da pobreza, a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo e a gestão e proteção dos recursos naturais. Os três aspectos são considerados no documento como “objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável”, mas nada faz crer, ainda, que as metas de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) enfrentarão um problema crucial, cerne da economia sustentável: fazer com que produção e consumo caibam nos limites do planeta.

Com o objetivo de criar os ODS, a Assembleia-Geral da ONU instituiu um grupo de trabalho, chamado Open Working Group on Sustainable Development Goals, responsável por reunir estudos e sugestões e elaborar uma proposta preliminar para ser apresentada à assembleia em setembro. Até agora, o grupo realizou quatro encontros, mas nenhuma de suas atas indica claramente como as metas abordarão a questão da produção e consumo sustentáveis – para se ter ideia, a expressão “produção e consumo” aparece apenas duas vezes nas quatro atas.

Para complicar, o processo de construção da agenda do desenvolvimento sustentável pós-2015 inclui também outros grupos trabalhando simultaneamente em processos relacionados a esse tema dentro da ONU, cada um com seus encontros, avaliações, documentos e propostas (*ver quadro*). Tão importante quanto o GT dos ODS é o Painel de Alto Nível para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, dedicado aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), lançados no ano 2000 e cuja primeira fase encerra-se em 2015 ([acesse post2015hlp.org](http://acesse_post2015hlp.org)). Não foi sem propósito, portanto, que 2015 foi o ano escolhido para o estabelecimento dos ODS. A missão do painel é avaliar a implementação dos ODM até agora e formular proposições para o pós-2015.

Aron Belinky, coordenador da Iniciativa de Desenvolvimento Local do GVces, explica que há dois processos andando em paralelo: a discussão sobre a segunda geração dos ODM, a partir de 2015; e o estabelecimento dos ODS, discutidos na Rio+20. “É evidente que estas duas coisas têm muitos pontos em comum. Ter dois conjuntos de metas diferentes pode criar mais confusão que solução. Portanto, seria interessante que elas estivessem juntas. Mas ninguém sabe ainda como como esses dois processos vão convergir e se mesclar”, analisa Belinky.

Há também um receio, por parte de países dependentes de ajuda internacional, de que a agenda do combate à pobreza – que nos últimos anos tem sido representada e implementada pelos ODM – seja enfraquecida ao se unir à agenda de desenvolvimento sustentável – mais ampla e difícil de executar. Mas a percepção de que o volume de recursos da cooperação internacional está em queda tem levado muitos a mudar de posição. Além disso, organizações da sociedade não cansam de apontar que não faz sentido tratar problemas tão interligados – pobreza e desenvolvimento – em processos separados.

“Não é viável tirar todo mundo da pobreza e levar essas pessoas para o modelo de desenvolvimento vigente hoje. Para alcançar uma agenda real de desenvolvimento sustentável com equidade, que permita a erradicação da pobreza, será preciso colocar um limite em algum lugar”, analisa Pedro Telles, cofundador da Engajamundo, uma organização de jovens nascida na Rio+20. É nesse ponto que a

transformação dos ODM em ODS torna-se complexa. Enquanto os ODM centram-se na redução da pobreza e da desigualdade, os ODS contemplarão uma agenda para todos os países, implicando também em mudanças nos padrões de consumo dos países mais ricos.

A avaliação dos ODM mostra que seus resultados mais tangíveis relacionam-se à orientação do envio de ajuda aos países em desenvolvimento, o que influencia suas agendas políticas internas, mas que não afeta o modo de vida nos países doadores. Em outras palavras, a redução da pobreza não interfere na política interna dos países desenvolvidos, mas, sim a transição para um mundo em que a economia seja limitada pela capacidade de suporte da natureza. E muito.

Para Telles, é mais fácil emplacar nos ODS metas de redução da pobreza que ao mesmo tempo promovam a sustentabilidade, tais como subsídios para pequenos agricultores investirem na produção agrícola sustentável. Metas como essas são tangíveis, o que torna mais factível a sua execução.

Há, contudo, questões do desenvolvimento sustentável que afetam profundamente os países ricos e não são tão diretamente associadas à pobreza, como as emissões de gases de efeito estufa. O frustrante processo de negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a polarização de suas discussões entre direitos e dívidas de países ricos e pobres dão uma mostra do desafio que será estabelecer metas realmente transformadoras.

### PRIMEIRA PROPOSTA

Em junho, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (mais sobre a rede em [unsdsn.org](http://unsdsn.org)), ligada à ONU e um dos grupos envolvidos na discussão do pós-2015, entregou ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, uma proposta com 10 possíveis objetivos de desenvolvimento sustentável [1]. Os desafios apontados não ficam muito longe dos temas já destacados na Declaração da Rio+20 e presentes nas atuais metas do milênio.

O presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), Israel Klabin, é um dos três brasileiros nessa rede. Segundo ele, a rede entende que os padrões de produção e consumo deverão ser pautados pelos limites planetários – um discurso alinhado com a declaração final da Rio+20. “A implementação dos diversos avanços deverá levar em conta um esforço conjunto da humanidade para voltar a um equilíbrio com relação ao uso de recursos não renováveis”, diz Klabin.

Mas a proposta da rede não vai muito longe na definição desses

[1] Acesse o documento em português em [bit.ly/17hQU4D](http://bit.ly/17hQU4D).

limites. No anexo 3 do relatório, um dos itens explica que os estímulos à produção e ao consumo sustentáveis não foram incluídos como um dos ODS porque a questão-chave não reside no nível de produção e consumo por si só. O problema estaria, sobretudo, nos impactos negativos do binômio produção-consumo nos ecossistemas e na sustentabilidade das cidades.

Para o diretor-presidente do Instituto Akatu, Helio Mattar, um dos riscos possíveis na definição dos ODS é que a produção continue sendo vista como um problema apenas tecnológico. Inovações com o objetivo de permitir que se produza o mesmo conjunto de produtos e serviços com menos recursos naturais são importantes para a sustentabilidade do planeta, mas não serão capazes de promover as tão necessárias transformações na sociedade, prega Mattar.

Com 7 bilhões de habitantes no planeta, já usamos 50% mais recursos do que a Terra pode oferecer. O executivo do Akatu diz que não há ganho de produtividade que dê conta de reduzir essa pegada ecológica e ainda prover mais 3 bilhões de pessoas que devem nascer até 2050 [2]. “Precisamos sair da sociedade do descartável para a do durável, da produção fortemente global para a produção local, do uso individual para o uso compartilhado, do material para o virtual, do tangível na forma de satisfazer o bem-estar para as experiências intangíveis atendendo ao bem-estar.”

### EXEMPLOS CONCRETOS

Transformar nossa percepção sobre como o bem-estar pode ser atendido de formas mais sustentáveis parece muito abstrato, mas já existem exemplos concretos. O serviço de bicicletas públicas que se espalha por diversas cidades brasileiras é um. Em Toledo (PR), basta fazer um cadastro na prefeitura para obter um cartão magnético que permite retirar bicicletas públicas em estações. Elas podem ser utilizadas pelo tempo que for necessário e entregues em outra estação, gratuitamente. O usuário não precisa de bicicleta própria para desfrutar da função de bem-estar que ela proporciona – lazer e mobilidade.

Mattar lembra, também, que o Akatu tem se debruçado sobre esse tema de forma inovadora, e encontrado resultados interessantes e animadores, como publicado na última pesquisa do instituto. (*mais no relatório do estudo, disponível em [goo.gl/wbz30](http://goo.gl/wbz30)*).

“Medir a prosperidade a partir do bem-estar coletivo redirecionaria as políticas públicas do crescimento material ao atendimento de funções essenciais ao bem-estar, e isso levaria para dentro da política elementos que não têm estado presentes (*nos documentos apresentados à ONU*)”, conclui Mattar.

E não estarão presentes, a menos que as sociedades pressionem seus governos nessa direção. Belinky, do GVces, alerta que os próximos 30 meses serão cruciais na construção de uma agenda que pode ser muito relevante para encaminhar políticas globais, tanto no âmbito dos governos quanto no da sociedade e das empresas. “A ONU pode não ter muito poder de implementar suas decisões, mas ela tem um grande poder de agendamento”, aponta. “É um processo complexo, com muitos interesses e atores envolvidos, que vai alcançar muitos espaços de participação. E a sociedade brasileira ainda está de costas para isso.”

[2] Os dados sobre a pegada ecológica constam do *Relatório Planeta Vivo*, do WWF, acessível em [bit.ly/LiHUZ](http://bit.ly/LiHUZ).

## Força-tarefa

Vários grupos trabalham na avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e na definição de objetivos para depois de 2015, prazo final para os países alcançarem as 16 metas dos oito ODM estabelecidos em 2000. Saiba quais são esses atores:

**GRUPO DE TRABALHO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** criado em janeiro pela Assembleia-Geral da ONU (AGNU) por mandato da declaração final da Rio+20 com a tarefa de definir os ODS. É o grupo responsável pela redação da proposta dos ODS, que será submetida à AGNU.

**PAINEL DE ALTO NÍVEL DE PESSOAS EMINENTES SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015:** instituído pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em julho de 2012, foi codirigido pelos presidentes da Indonésia e da Libéria e pelo primeiro-ministro do Reino Unido. Reuniu representantes da sociedade civil, setor privado, universidades e governos locais e nacionais. Sua missão foi elaborar um relatório com a sua visão e recomendações sobre a agenda global de desenvolvimento para depois de 2015. Dele fez parte a brasileira Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente. O documento entregue em maio a Ban Ki-moon encontra-se disponível em [bit.ly/1aF1nGJ](http://bit.ly/1aF1nGJ).

**FORÇA-TAREFA DO SISTEMA ONU SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 DAS NAÇÕES UNIDAS:** também estabelecida por Ban Ki-moon, em janeiro de 2012, reúne mais de 60 agências da ONU e organizações internacionais. Sua finalidade é apoiar o processo de discussão, fornecendo análises e dados. Foi responsável pelos estudos preparatórios à Rio+20.

**REDE DE SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SDSN, NA SIGLA EM INGLÊS):** anunciada em agosto de 2012 pelo secretário-geral da ONU, é liderada pelo economista americano Jeffrey Sachs e constituiu-se como uma rede global independente de centros de pesquisa, universidades e instituições técnicas, incluindo empresas, sociedade civil, agências das Nações Unidas e outras organizações internacionais. Sua missão é reunir e sistematizar conhecimentos, apontando soluções para áreas críticas do desenvolvimento sustentável, visando fornecer suporte técnico para a elaboração dos ODS.

**CONSULTAS NACIONAIS, REGIONAIS, GLOBAIS E TEMÁTICAS:** além dos grupos mencionados anteriormente, a ONU também promove consultas em diversos níveis com representantes dos governos, da sociedade civil, da academia e do setor privado. Destacam-se aqui as consultas temáticas e 60 consultas nacionais promovidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que incluem participação on-line e off-line e a plataforma My World, um sistema aberto que mapeia e agrega propostas de cidadãos de todo o mundo (*para conhecer e participar da iniciativa, acesse [myworld2015.org/?lang=pr](http://myworld2015.org/?lang=pr)*).

FONTE: ONU (INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS EM [goo.gl/CZWGz](http://goo.gl/CZWGz)) / ELABORAÇÃO: P16IN+22



■ Jornalista, leciona na Escola de Comunicações e Artes da USP e na pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing. É colunista do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Época*. Na Editora Abril, foi diretor de redação de revistas mensais e secretário editorial. Presidiu a Radiobrás e é membro do Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo

# Não deu no *New York Times*

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO ARTHUR FUJII

**A**té ser empunhada nas bandeiras e defendida em todo o País, a noção de que educação é um serviço fundamental levou tempo para ser assimilada. O mesmo não se deu ainda com a imprensa livre: a sociedade brasileira desconhece, até hoje, o valor de um jornalismo que fiscaliza o poder – mesmo entre a maioria dos donos de empresas de comunicação. A denúncia do professor **Eugênio Bucci** assume tom mais dramático quando ele compara o atual momento do jornalismo a um iceberg derretendo. Amparada até então em modelo de negócios do século XIX, a profissão é chacoalhada pelos adventos tecnológicos que revolucionam o jeito de comunicar e se financiar, ao mesmo tempo em que vive um paradoxo: as matérias jornalísticas nunca foram tão lidas, seja nos veículos, seja nas redes sociais.

Nada mudou, no entanto, no conceito de notícia e no papel do jornal: cuidar do que é essencial, do que é de interesse público, dos temas relevantes, não necessariamente do que vai disputar grandes audiências. Não é o espetáculo que o salvará, mas a qualidade de sua produção – acredita o professor.

Sobre as manifestações que rechaçaram os grandes veículos de comunicação em praça pública, Bucci lembra que “a imprensa é uma referência indireta da inteligência difusa que pressentimos nos protestos todos”.

**O que estamos vivendo é uma crise do jornalismo em si, ou é a crise de um modelo de negócios do jornalismo que se tornou ultrapassado nesta era pós-industrial?**

Eu apontaria dois fatores a considerar e aparentemente contraditórios. O primeiro é que os modelos de financiamento do jornalismo passam pelo pior momento de sua história, não há precedentes para algo tão sério. Quase todos os dias temos notícias de demissão, enxugamento, redução. O tamanho desse mercado parece que vai encolhendo, não há superação em receitas, em faturamento publicitário. Há uma situação destoante em países como Brasil, Índia, Rússia, China – um pouco dos Brics –, porque parece que nesses lugares ainda há espaço para crescimento de circulação de veículos de papel. O mercado publicitário aumenta, mas aí já não aumenta de forma generosa para o jornalismo, e sim para o entretenimento e para a comunicação eletrônica.

Mesmo assim, estamos em um país que não sofre tanto com essa crise (*internacional*), embora haja uma gravíssima crise do modelo de financiamento do jornalismo. De onde virão os recursos? Os veículos de papel que migram para a internet não conseguem ter o mesmo faturamento. É um faturamento que, quando bom, é da ordem de um décimo ou um vigésimo do que se tinha antes.

#### Por que isso acontece?

Porque na internet a publicidade não se comporta da mesma maneira. Basicamente porque a imprensa deixou de ser um canal obrigatório para os anunciantes encontrarem os seus potenciais consumidores. O anunciante pode se comunicar diretamente. Em termos muito apressados, os jornalistas não têm mais o que entregar.

#### Os anunciantes não precisam mais de intermediários?

Os anunciantes não precisam mais *deste* intermediário. Então, o primeiro fator é a diminuição do modelo de financiamento dos veículos e da atividade jornalística. O segundo fator que contradiz esse primeiro, aparentemente, é que nunca as matérias jornalísticas foram tão lidas, não apenas pelos leitores ligados aos veículos, mas pelos leitores que estão nas redes sociais. As reportagens, os artigos, as críticas, os editoriais circulam por todo lugar. Alguém manda para um amigo, as pessoas republicam, alguém comenta, aí a outra pessoa vai ler no jornal, que muitas vezes têm conteúdo aberto ou semiaberto. Então, nunca tivemos tanto público, e tanta dificuldade em arrecadar uma receita que sustente a atividade jornalística.

Isso, pra mim, é o que marca esse momento. O jornalismo é uma atividade essencial, encontra leitores e tem prestado serviços cada vez mais relevantes. Agora mesmo, o *Guardian*, por meio de um jornalista americano que mora no Brasil, acabou de revelar que os EUA estão monitorando conversas telefônicas. Essa é uma revelação de uma redação. Veja o papel do jornalista na Primavera Árabe, na Turquia, tudo isso mostra uma relevância, se não inédita, muito grande.

#### O consumidor dessa informação não quer pagar por ela?

Esta é uma pergunta central. Não conseguimos saber se quer ou não quer pagar. Mas esbarra na expressão “modelo de negócios”, porque é preciso ter uma proposta para esse leitor. “Olha, você quer ler isso, então funciona assim: você compra esse envelope, e aqui estão as matérias, ou paga uma mensalidade e lê quantas matérias quiser, ou

## O conceito de notícia não mudou: sempre será algo que alguém quer esconder

paga por clique.” Não temos maneiras de possibilitar que as pessoas sustentem o jornalismo diretamente. Os modelos que existem são a assinatura, que vem da mídia impressa. Eu vou receber as notícias do dia impressas em umas folhas de papel, que posso comprar na banca ou receber em casa. Esse é um modelo que foi desenvolvido do século XIX para o XX, e que vinha servindo. Com a mudança do padrão tecnológico, a cadeia de valor do negócio da imprensa mudou também.

Antes, como este documento comenta (*ele se refere a “Jornalismo Pós-Industrial: Adaptação aos novos tempos”, produzido pelo Tow Center for Digital Journalism, da Universidade Columbia, e traduzido pela Revista de Jornalismo ESPM*), uma empresa jornalística concentrava a atividade de apuração e redação da notícia, a venda de publicidade e a distribuição. E a impressão. No subsolo da redação, estavam as rotativas. Tudo isso gerava uma cadeia de valor cujos recursos voltavam para a empresa jornalística. Hoje, na era digital, uma redação é apenas uma redação. A distribuição é paga para as empresas de telecomunicação, de telefonia, de tecnologia. É um dinheiro que não é pago mais para a redação. E a publicidade está dispersa nos cliques que pessoas dão, e vão remunerar outra empresa.

Uma saída possível são as redações que vivem de doações, a exemplo da ProPublica (*redação americana sem fins lucrativos, mais em reportagem à pág. 30*). Essas redações podem propor o seguinte pacto ao doador: você me dá um tanto de dinheiro, com essa quantia eu financio por 2 ou 10 anos a atividade jornalística investigativa e as pessoas vão acessar isso aqui de graça. Mas será que isso sustenta a imprensa?

Para esse novo padrão tecnológico, não temos ainda um modelo de negócios. Pode até ser que a pessoa queira pagar, mas não existe como pagar. Ela vai depositar um dinheiro, fazer uma doação, como vai medir isso?

#### Não temos porque talvez não haja ainda demanda para isso?

Sim. Provavelmente a gente não tem porque o tempo da elaboração tem sido muito mais longo que o da maturação dessas novas formas de comunicar. A institucionalização que poderia levar a um modelo de negócios demora mais. Antes que alguém tenha sido capaz de conceber, pôr em prática, institucionalizar aquele modelo, ele já vem sendo praticado de outras formas. Os jornais são pegos no contrapé. O *New York Times* tem sido observado como farol, todo mundo fica observando seus movimentos para ver se vão funcionar ou não. Ele já teve períodos em que fechou o conteúdo, depois percebeu que, restringindo o conteúdo e abrindo só pra quem pagasse, ficava do lado

de fora de um movimento muito forte que é o da internet gratuita. E então abriu o conteúdo de novo. Aí ocorreu que deveria fazer uma cobrança parcial, e criou o *paywall*, por meio do qual os leitores pagam de acordo com a quantidade que usam. E ainda estão testando isso aí, mas ainda não têm uma conclusão.

Essa é uma das experiências, há várias outras. Venda de matéria a granel serve para matéria de arquivo, não serve para matéria quente. Então como é que isso vai ficar? As assinaturas nos *tablets* vão aos poucos se tornando mais importantes, mas isso nos grandes jornais americanos, na revista *Economist*. A *Veja* no Brasil parece que já tem uma circulação semanal da ordem de 60 mil exemplares em *tablets*, que pode ir até 100 mil rapidamente. Mas isso é suficiente para sustentar essa publicação? Ela cobra o mesmo preço no *tablet* e no papel, com a vantagem de que no *tablet* não tem os custos do papel.

Eu sou do palpite de que as pessoas querem pagar, mas ainda não dá para afirmar isso.

**Segundo o ensaio do Tow Center, que citamos há pouco, existe uma tendência de contínuo enfraquecimento da noção daquilo que constitui notícia – e por conseguinte daquilo que constitui uma organização jornalística. Os autores mencionam o exemplo do Facebook, que, embora seja estruturado de forma muito diferente de uma organização jornalística, é um elemento crucial do novo ecossistema do jornalismo. Com isso, a discussão vai muito além do modelo de negócios e chega a “o que é notícia”?**

Sem dúvida. E também a “o que é jornalismo”.

#### Então esta é uma crise de identidade do jornalismo?

Muitos acreditam que sim, que se trata de uma crise quase insuperável de identidade. Alguns não se veem mais na profissão, acham que vão encontrar lugar nas assessorias de imprensa, na comunicação corporativa, no marketing eleitoral.

#### Temos mais perguntas que respostas?

Sim, mas o bom é que estamos conseguindo fazer perguntas sistêmicas. Que não são mais de campos isolados, e conseguem iluminar questões laterais, fenômenos contíguos, dando a sensação de que começamos a tratar de um todo.

O que é notícia? É uma informação que, quando revelada, altera expectativas. Muda o seu senso de futuro, a inserção no seu ambiente. Uma notícia diz que a identidade de uma pessoa não é mais aquela. Diz que onde todo mundo pensava que existia uma cabine telefônica

existe um poço de petróleo, ou um centro de venda de cocaína. Uma notícia muda o selo que a linguagem atribui a cada coisa, muda o nome, o significado das coisas. Uma notícia é sempre algo que alguém quer esconder. Sempre fere algum poder. Sempre dá vantagem a um lado e leva desvantagem a outro lado. Fere suscetibilidades, interesses ou territórios. Isso mudou? Talvez menos. Mas o que mudou é: o que é relevante para as pessoas? O que é o interesse comum? Será que um assunto de interesse público é o que desperta curiosidade? A saia da Lady Gaga rouba a atenção da violação de privacidade americana.

O que a era digital trouxe muito foi uma expansão da conversa do mundo da vida. Os assuntos de interesse comum permanecem, mas a futilidade, a vaidade, o narcisismo, isso explodiu, ganhou uma dimensão que não tinha. Isso não veio com a internet, mas a internet dá muito impulso a esses traços. Parecem destroçar o próprio conceito de notícia... mas não, acho que aí tem uma pista falsa.

O jornalismo terá de cuidar do que é essencial, do que é de interesse público, terá de tratar de temas relevantes, não necessariamente do que vai disputar grandes audiências. Não é o espetáculo. Mas, tratando de temas centrais, de interesse público, terá de ser subsidiado, como sempre foi. O jornalismo de qualidade sempre foi subsidiado de alguma forma.

#### A crise do financiamento já está afetando a qualidade do jornalismo?

Não sei se isso já está acontecendo, mas a tendência é que aconteça. Três coisas estão certas. Uma: trocar equipes mais caras por mais baratas. Duas: “pejotização” da imprensa (*o jornalista deixa de ser assalariado e se transforma em uma pessoa jurídica prestadora de serviços*), com renegociação de salário para valores mais baixos. Três: a escala de circulação de certos veículos tende a mudar, o jornalista não vai trabalhar predominantemente em veículos de grande circulação, mas em núcleos de inteligência, espécies de *think tanks*, com remuneração menor.

#### Para essa atividade mais pulverizada, o crowdfunding, as estratégias colaborativas e os formatos mais orgânicos e híbridos seriam os novos caminhos? (mais em reportagem à pág. 40)

O *crowdfunding* é um esboço de um modelo de negócios. Mas funciona assim: quero fazer uma reportagem na Namíbia em outubro. Estamos em junho, e quem quiser ver isso me financia e, se eu alcançar a meta, vou lá e faço a reportagem; se não, devolvo o dinheiro para todos que me pagaram. Isso não serve para a manutenção de uma cobertura diária que fiscalize o poder. Porque este tipo de cobertura não tem como funcionar negociando pautas. Até porque as pautas são repentinas ou precisam ser trabalhadas em sigilo. O *crowdfunding* é uma novidade, tem sua função, mas não é e nunca será o modelo que permitirá o financiamento da imprensa independente.

A pergunta ainda a ser respondida é: como vamos financiar a manutenção de redações independentes, compostas de jornalistas críticos, bem preparados, caros, ou relativamente caros? Uma maneira é um conjunto de leitores pagar uma espécie de assinatura: eu pago para você existir. Porque com você existindo eu tenho a garantia de que certas coisas serão fiscalizadas e vão circular, assim como eu pago o serviço de iluminação, pago o imposto para ter escolas, vou pagar para a imprensa livre existir. Isso precisa ser inventado e talvez esteja

## O jornalismo terá de cuidar do essencial, não do espetáculo

a caminho. Há outros modelos. A doação, como já falei, deixa uma pergunta. Arranjo dez milionários que concordam em se cotizar e sustentar uma redação independente. Mas e quando houver uma investigação sobre um desses milionários? E se for um doador só? Esse cara vira o dono da verdade?

Isso mostra que um pouco de publicidade pode ser bom, ao criar um certo distanciamento crítico entre essa redação e os doadores. Os doadores não precisam desaparecer do mapa, mas devem ficar um pouco mais distantes, por meio da publicidade. Só a publicidade, porém, não é uma boa receita. Isso funciona na televisão, no rádio aberto, quando o sistema da imprensa envolve veículos que são diretamente sustentados pelos leitores, pela sociedade, que dão um componente crítico ao sistema como um todo. Mas um sistema que seja unicamente financiado pela publicidade será de potencial crítico muito aquém do desejado. Tende a ser subserviente não ao anunciante, mas à lógica do mercado, à sua mentalidade.

(Jürgen) Habermas (*filósofo e sociólogo alemão ligado à Escola de Frankfurt*) já falou disso: dinheiro público para financiar jornais, subsidiando leitores. O dinheiro público passa a comprar um percentual significativo de assinaturas e as distribui para as pessoas.

#### Seria uma espécie de Bolsa Jornal?

Sim. Mas se isso for além de um limite, e ficar na mão do poder político, como este será fiscalizado? Então, nada disso é satisfatório. Eu acredito mais no modelo pelo qual o público paga caro e financia, dando sustentação política traduzida em sustentação financeira, assim como as pessoas podem dar dinheiro para o Greenpeace ou para um partido político. O PT, quando apareceu, era financiado por contribuições de gente comum. A sociedade se mobiliza em torno dessas coisas. Essa carga de sustentação política poderia ajudar muito a imprensa nesse momento. Isso traz outro risco também, aí a imprensa pode ser partidária, representativa desse recorte da sociedade. Por exemplo, os professores financiam a sua imprensa, logo será uma imprensa com uma fisionomia sindical, de defesa corporativa da categoria.

#### Não será plural.

Tende a não ser. Todos os modelos que estou listando aqui têm prós e contras e precisam ser contrabalançados por outras formas. Isso é que ainda está por ser inventado.

**O senhor percebe alguma angústia de outros setores da sociedade que não seja o jornalístico com o efeito disso tudo para a sociedade democrática? Não se veem os empresários nem o governo preocupados com essa crise. Não conseguimos levar essa pauta para fora do nosso círculo?**

Os jornalistas estão vendo a coisa acabar. É como se nós, jornalistas, estivéssemos em cima de um iceberg, no qual sempre fizemos a nossa festa... tinha um bar nesse iceberg, tinha guarda-sol, hotel, mas o planeta começou esquentar e o gelo, a derreter. Uma parte separou-se do bloco de gelo e começou a diminuir. Se ficava muita gente em cima, o pedaço iria afundar, então pessoas foram expulsas, jogadas no mar, morreram afogadas. Os jornalistas estão em cima de um iceberg que está derretendo, estão desorientados. Estou generalizando, mas é uma generalização muito próxima do real. Na

## Os jornalistas estão sobre um iceberg que está derretendo

segunda-feira, o diretor de redação vai embora. Na outra segunda, o diretor-comercial vai embora. E na outra segunda, começa a ouvir o boato de qual revista vai fechar, tal empresa vai falir. Enquanto isso, o resto da sociedade não está se dando conta como deveria.

#### Até porque os jornais não falam da própria crise.

Cobrem pouco a própria crise. Temos um exemplo: o recrutamento da violência contra jornalistas no Brasil. Jornalistas são ameaçados, alguns tiveram de se exilar, outros foram assassinados e os jornais não cobrem isso, com medo de criar mais encrenca além do que têm, chamar muita atenção para si ou dispor outros jornalistas a ameaças iguais. Há uma discussão contida, intimidada, reprimida. A imprensa não tem sabido falar de si mesma. De outra parte, as empresas podem transformar essa crise em uma agenda de discussão comercial, empresarial. “O jornalismo é importante, logo a minha empresa precisa existir. Então me ajudem a garantir a sobrevivência da minha empresa.” Mas isso também tem sido malfeito. Por fim, falta uma consciência cívica sobre a importância da imprensa livre.

Nos EUA, esse debate está um pouco melhor, tanto que houve muita articulação para criar as redações sem fins lucrativos. São várias e estão fazendo um ótimo trabalho. O ProPublica já ganhou um ou dois prêmios Pulitzer, em associação com outros jornais. Mas, no Brasil, estamos muito aquém disso. Tem uma redação independente, por exemplo, que é o Observatório da Imprensa, sou do conselho fiscal. Deveria haver fila de gente querendo doar dinheiro para isso, mas não há. Ninguém vivenciou a importância da imprensa livre.

Nós não assimilamos como sociedade a vantagem vital que é ter uma imprensa fiscalizando o poder. Não sabemos que isso é um serviço de primeira necessidade. É algo que não é óbvio ainda, como é óbvio que a escola precisa ser boa. Isso aos poucos foi se tornando claro no Brasil: a escola precisa ser boa. Houve um trabalho muito intenso de debate público para que nós chegássemos em um ponto ainda precário de discussão sobre educação. Mas clareza de que a imprensa é essencial nós não temos. Nós não temos nem mesmo entre a maioria dos empresários de comunicação no Brasil.

#### As escolas de jornalismo estão colocando os alunos no mercado dizendo o que para eles?

Eu gosto muito de ser professor, mas sou da opinião de que o ensino do jornalismo no Brasil é muito fraco. Esse ensino ficou ruim porque se acomodou a uma situação em que o diploma era obrigatório para o exercício da profissão. Então, bom ou mau, o sujeito vai precisar de um título para trabalhar. Hoje, o diploma não é mais obrigatório, mas vai voltar a ser, porque a emenda constitucional que acrescenta

um parágrafo no artigo 220 da Constituição (*sobre a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação*) está quase aprovado. Isso será discutido no Supremo, para então essa obrigatoriedade finalmente cair, como em todas as democracias que a gente respeita. Mas as escolas ficaram paradas nesse negócio da exigência do diploma. Elas despertaram pouco para a necessidade de formar um profissional para competir com qualquer outro que queira produzir conteúdo.

#### É a exigência do diploma que levou a essa acomodação? Em outras profissões, é exigido diploma mas não necessariamente o ensino é ruim.

Sim. Esse raciocínio só serve como hipótese para o caso do jornalismo. Pode ser que não se comprove, a causa pode ser outra.

#### A causa poderia ser o que o senhor falou antes: não se tem plena clareza de que o jornalismo presta um serviço importante?

Isso também. No Brasil, nós achamos que jornalista e assessor de imprensa são a mesma coisa. Isso é um problema para o ensino. Porque, achando que são a mesma coisa, você não ensina o jornalista a ser fiscal, a ser vigilante, a ser crítico, e a ser independente. Pois tudo isso o assessor de imprensa não pode ser. E se os dois fazem a mesma coisa, teremos jornalistas encarregados de cobrir o poder com a mentalidade de difusores de informação e não com uma postura de oposição. O jornalismo é de oposição, no sentido institucional. Ele não é confiável como um correligionário para o governante. O governante olha o jornalista com cautela, e tem de ser assim. Mas, para isso, o jornalista tem que ser treinado. Treinado para encontrar problemas onde o governo vê solução. Já o assessor de imprensa é treinado para vender soluções que seu cliente gostaria de vender. Claro que um jornalista tem muito preparo para ser um assessor de imprensa, e não há nada de errado nisso. O problema é uma escola não entender que jornalistas e assessores estão em campos antagônicos. Aí temos um ensino alquebrado, de espinha dobrada, de cabeça baixa, subserviente.

#### Não estou dizendo se pessoalmente sou a favor ou contra a exigência de diploma, apenas polemizando: esse treino para ser o jornalista que o senhor descreveu (fiscal do poder, crítico) pode se dar fora da escola de jornalismo? O ambiente para esse treino não deveria ser a escola de jornalismo?

Claro que deveria.

#### Então o diploma não deveria ser obrigatório por essa razão?

É uma ótima pergunta. Há bons argumentos dos dois lados.

Mas por que nos países onde não há obrigatoriedade do diploma o bom mercado dá preferência para os que estudaram jornalismo? Exatamente porque estão mais preparados para essa função. O principal argumento contra a obrigatoriedade não está exatamente na qualidade do ensino, embora seja muito provável que a faculdade melhora quando não tem obrigatoriedade. Mas não está aí o ponto principal. O ponto é impedir um limite para quem quer que seja editar um jornal. Porque isso seria uma restrição à própria liberdade de imprensa. A pessoa semianalfabeta que queira editar um jornal precisa ter o direito de fazê-lo, sem restrição. Provavelmente será um jornal ruim, mas não poderia haver da parte da legislação um obstáculo para que essa pessoa se manifeste.


O diploma obrigatório não produz escolas melhores, mas evidências na Espanha, França, EUA e tantos outros lugares mostram que, sem o diploma, criam-se escolas de referência.

#### Esse momento de crise de financiamento e de incertezas de modelo tem sido discutido nas principais escolas de jornalismo? Os alunos estão sendo preparados para atuar em que cenário? Industrial, pós-industrial?

Eu tenho insistido muito para que os cursos ensinem a montar negócios, que ensinem empreendedorismo. Os cursos precisam assimilar a noção de que estão formando quadros não para ser empregados, mas muitas vezes para criar negócios e inventar formas de trabalhar. Não podem se resignar com o destino de formar desempregados. O jornalista precisa ter capacitação para ser um empresário se quiser, ou um empreendedor público, ou seja, criar veículos públicos. Ele precisa entender disso.

[Como esta entrevista foi feita antes de eclodirem com força os protestos Brasil afora, enviamos posteriormente por email a seguinte pergunta, respondida por escrito:]

#### Os protestos espalhados pelo Brasil evidenciaram um claro descontentamento com os veículos jornalísticos tradicionais. Houve carros de grandes emissoras de TV queimados, jornalistas agredidos, cartazes contra a mídia. Como esses fatos devem ser interpretados? Sinalizam a insatisfação com as instituições de forma geral (partidos, governos, empresas de comunicação)? Se sim, como isso se relaciona com a crise do jornalismo? O público de hoje não quer mais consumir o tipo de produto desses veículos?

As pautas mais comuns das manifestações – por mais diversas que sejam essas pautas –, por incrível que pareça, vêm em grande medida de reportagens de diversos órgãos de imprensa, que também abastecem as redes sociais. A corrupção, entre outros temas, vem sendo retratada em incontáveis reportagens, com as mais diferentes orientações editoriais. A imprensa, desse modo, é uma referência indireta da inteligência difusa que pressentimos nos protestos todos. Estes tendem a repelir partidos e autoridades e, por certo, repelem também os símbolos da mídia (na exata medida que a mídia é um dos poderes vistos como *establishment*), mas também se alimentam da imprensa. Paradoxalmente, manifestam-se preferencialmente para as câmeras de TV. Ao ir às ruas, as massas também querem ir para o *Jornal Nacional*. 

Ao ir às ruas, as massas também querem ir para o *Jornal Nacional*



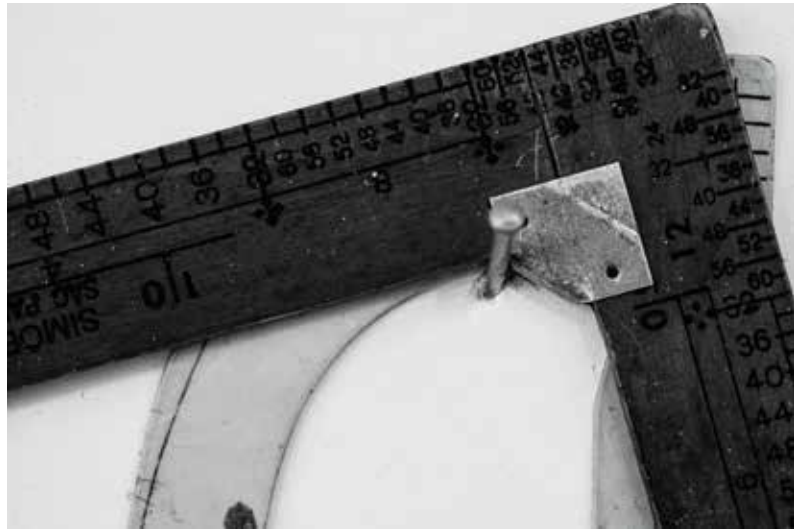
# Ofícios resilientes

FOTOS ARTHUR FUJII TEXTO AMÁLIA SAFATLE

**E**m São Paulo, na Rua Dona Antonia de Queirós de número 91, Hélio Forte não parece ligar para a avassaladora onda digital. Consertador de telefones novos ou antigos, trabalha há 40 anos no ramo. Tampouco a Maria Aparecida Lima, costureira desde os 12, no bairro da Bela Vista. Quem sabe por ser o tempo a condição mais fundamental do mundo físico ([mais em goo.gl/uGn0s](https://www.google.com/search?q=mais+em+goo.gl/uGn0s)) o relojoeiro Baltazar Joaquim de Paula lide tão bem com a marcação de compasso dessa matéria-prima essencial, instalado que está na Rua Rocha 93 desde o ano de 1971.

Fita métrica no pescoço, Maurício Messias faz da Alfaiataria Italiana uma peça de resistência aos tempos modernos, os quais ainda não superaram o corte preciso do fato sob medida. E nem do cabelo e da barba no Salão Washington. Lá, na Rua Major Diogo 54, os irmãos Amilton Maurício e Almir Donizete há 42 anos integram uma legião de trabalhadores que fazem do ofício manual e artesanal uma maneira de resguardar a cada indivíduo a sua humanidade e história singular no mundo, em plena era dominada pela tecnociência.





# Imprensa sem papel

Mais que afetar uma profissão, a crise do jornalismo pode impactar a sociedade democrática, enquanto o conteúdo de qualidade, livre e investigativo não encontrar meios de sustentação financeira nesta era digital e pós-industrial

POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD



Ser jornalista nunca foi fácil, mas já foi bem mais estimulante. Hoje o profissional das mídias impressas convive com uma crise provocada pela necessidade de transpor o velho modelo de negócio analógico – deixando no passado alguns séculos de lucros, sucesso e poder – para a era pós-industrial, um mundo sem rotativas em que a informação insiste em ser predominantemente digital e livre. A percepção de que essa crise, que é global, chegou finalmente ao Brasil ficou mais contundente nos últimos meses, com o fechamento de publicações e suplementos, corte de investimentos em reportagens, demissões em massa e a crescente precarização do trabalho dos repórteres, portando ou não o crachá de uma grande empresa – o que engloba desde os profissionais “com carteira” até o exército crescente de *freelancers* fixos e avulsos.

Adicione-se a esse cenário mais um complicador: quem precisa da intermediação de jornalistas quando

os aparatos tecnológicos hoje existentes permitem que qualquer pessoa transmita um fato ao vivo, em cores, em alta definição e sem cortes diretamente ao receptor conectado à internet? As manifestações em série que se originaram em São Paulo – com uma surpreendente adesão em massa aos protestos do Movimento Passe Livre, após a brutal repressão policial a manifestantes e jornalistas nas passeatas realizadas na capital paulista no dia 13 de junho – e se agigantaram rápida e inesperadamente país adentro puseram mais combustível na discussão sobre as deficiências do jornalismo atual.

A chamada grande mídia demorou a compreender o que se passava nas ruas e, além de ter sido rechaçada por manifestantes durante a cobertura dos protestos, foi reiteradamente “furada” por blogs e redes sociais. Críticas à cobertura dos grandes veículos e ao que se chama de monopólio da informação foram endossadas na Assembleia Popular Temática – Democracia na Mídia, reunida no fim de junho no vão livre do Museu de Arte (Masp), em São Paulo ([assista em goo.gl/JHUF3](http://goo.gl/JHUF3)).

O cerne da crise do modelo de negócio de mídia impressa estaria na convergência dos anunciantes, a principal fonte de receita dos veículos impressos, para o meio eletrônico, onde em tese os recursos se pulverizam (*mais em Entrevista com Eugênio Bucci à página 18*). Ou seja, a receita publicitária arrecadada em versões eletrônicas de jornais e revistas é insuficiente para subsidiar redações bem estruturadas, sem as quais o jornalismo perde a sua essência investigativa – em outras palavras, perde qualidade.

Mas, de acordo com dados da Associação Mundial de Jornais e Publishers (Wan-Ifra, na sigla em inglês), a crise estrutural no meio impresso, pelo menos por enquanto, parece circunscrita aos Estados Unidos e à Europa. A receita publicitária nos jornais da América Latina foi a que mais cresceu no mundo em 2012, aponta levantamento divulgado no mês passado pela entidade. O faturamento com anúncios subiu 9,1%, acumulando alta de 37,6% desde 2008. A circulação dos jornais na região aumentou 0,1% no último ano.

O Brasil está entre os países que contribuíram com esse desempenho. O Projeto Inter-Meios, que mede investimentos em mídia no

Brasil, registrou aumento de 1,8% em 2012 na circulação de jornais, atingindo uma média diária de 4,52 milhões de exemplares. A receita publicitária somou R\$ 3,39 bilhões, uma alta de 0,67% em relação ao faturamento de 2011. Esse crescimento é atribuído ao aumento da venda dos jornais populares, com preço em banca inferior a R\$ 2, resultado da expansão da renda e da maior alfabetização da população.

Embora creia que a opção digital feita em todo o mundo seja irreversível e incontornável, o jornalista e escritor Alberto Dines, fundador do site Observatório da Imprensa, diz, sem rodeios, que “essa crise brasileira tem algo de artificial”. Para ele, ao contrário dos Estados Unidos, onde há uma internet muito mais atuante, no Brasil ainda não é o caso de crise de modelo de negócio. Os jornais e revistas brasileiros resolveram antecipar o apocalipse anunciado para daqui a 20 ou 30 anos pegando carona nos cortes de páginas e de pessoal feitos em abril pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. “Os cortes no *Estadão* não tiveram relação com revolução digital e, sim, com o custo de um grande endividamento estimulado ainda durante o regime militar”, interpreta Dines.

Segundo ele, em vez de aproveitar a fragilidade do concorrente para investir em qualidade e crescimento, como certamente o fariam as indústrias de outros segmentos, a mídia nacional optou pelo desinvestimento. “Dois meses depois da reforma do *Estadão*, *Folha de S. Paulo*, *Valor*, revista *Trip*, Rede Record e Editora Abril” também anunciaram fortes cortes de papel, cadernos e pessoal”, recorda Dines. “Aproveitaram o ‘enxugamento’ do rival para compactar suas edições e nivelar por baixo.”

Esse “apocalipse” mencionado por Dines já causou muitos estragos materiais e imateriais no jornalismo dos Estados Unidos e da Europa. Um ensaio publicado no ano passado pelo Tow Center for Digital Journalism, da Escola de Jornalismo da Universidade Columbia, de Nova York, intitulado “Jornalismo Pós-Industrial: Adaptação aos novos tempos”, aponta que, ao longo dos últimos anos nos Estados Unidos, caíram a receita publicitária nos veículos impressos e também a qualidade da cobertura jornalística em geral. “E podem afundar ainda mais antes de melhorar”, alerta o relatório de 196 páginas, escrito pelos professores Chris Anderson, Emily Bell e Clay Shirky.

A *Revista de Jornalismo ESPM*, da Escola Superior de Propaganda e Marketing, publicou em edição especial [1] a íntegra desse dossiê traduzido para o português por considerar que, embora as análises se atenham ao jornalismo apenas dos Estados Unidos, trata-se de um documento essencial aos jornalistas interessados em compreender melhor os desafios atuais e as perspectivas para a profissão.

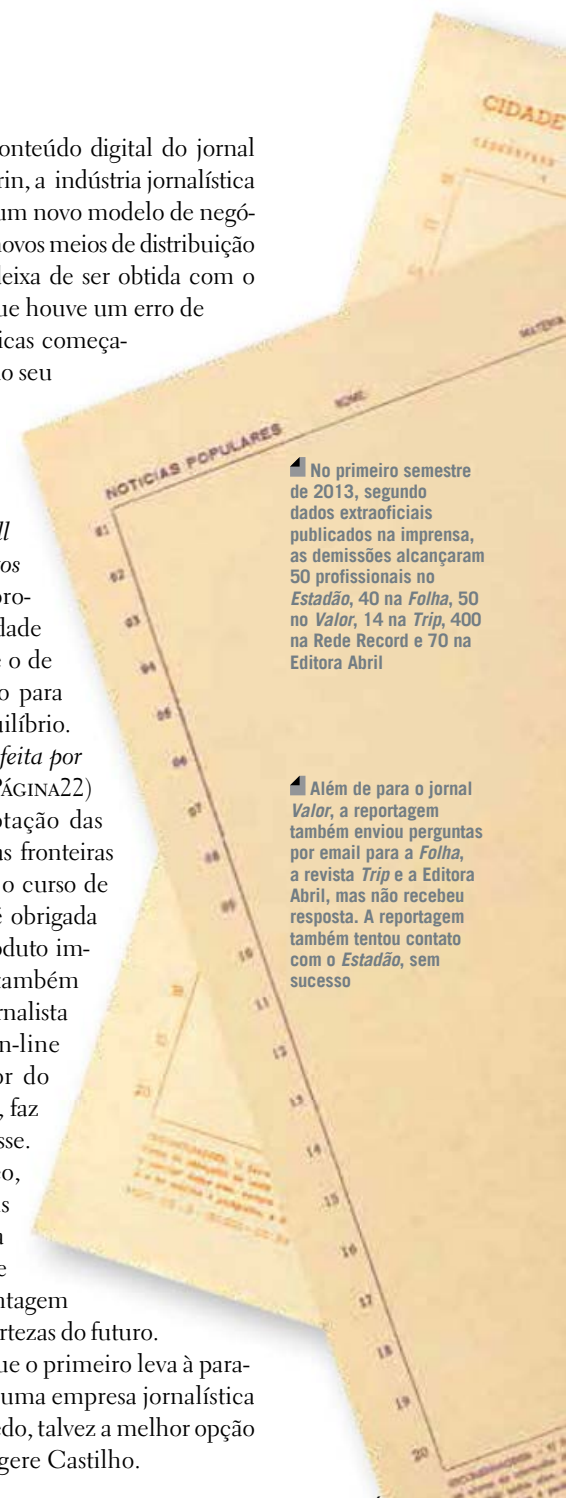
[1] Edição n.º 5, ano 2, de abril, maio e junho de 2013. Saiba mais sobre a revista em [bit.ly/KNNSO4](http://bit.ly/KNNSO4).

## O cerne da crise estaria na convergência dos anunciantes para o meio eletrônico, no qual, em tese, os recursos se pulverizam

### ERRO DE ORIGEM

Na visão da diretora de conteúdo digital do jornal *Valor Econômico*, Raquel Balarin, a indústria jornalística brasileira já está em busca de um novo modelo de negócios para tentar recuperar nos novos meios de distribuição a receita que gradualmente deixa de ser obtida com o jornal impresso. Ela explica que houve um erro de origem. As empresas jornalísticas começaram no meio digital entregando seu conteúdo de forma gratuita e, com isso, desvalorizaram sua principal matéria-prima. “Agora, tentam novas formas de gerar receita, como o *paywall* (cobrança pelo acesso aos textos digitais), mostrando que a produção de conteúdo de qualidade custa caro.” Seu diagnóstico é o de que ainda demora um pouco para os jornais alcançarem um equilíbrio. (Acesse a íntegra da entrevista feita por email com o *Valor* no site de PÁGINA22)

O nó maior para a adaptação das empresas jornalísticas às novas fronteiras está na dificuldade de alterar o curso de uma organização que ainda é obrigada a diariamente colocar um produto impresso em circulação e que também é muito boa no que faz. O jornalista e professor de jornalismo on-line Carlos Castilho, colaborador do site Observatório da Imprensa, faz uma reflexão sobre esse impasse. O jornalismo contemporâneo, segundo ele, enfrenta hoje dois tipos de medo: o da perda da segurança de um modelo que há décadas representa uma vantagem competitiva e o medo das incertezas do futuro. “A realidade já demonstrou que o primeiro leva à paralisia, o que pode ser fatal para uma empresa jornalística nos dias de hoje. Medo por medo, talvez a melhor opção seja apostar na mudança”, sugere Castilho.



■ No primeiro semestre de 2013, segundo dados extraordinários publicados na imprensa, as demissões alcançaram 50 profissionais no *Estadão*, 40 na *Folha*, 50 no *Valor*, 14 na *Trip*, 400 na Rede Record e 70 na Editora Abril

■ Além de para o jornal *Valor*, a reportagem também enviou perguntas por email para a *Folha*, a revista *Trip* e a Editora Abril, mas não recebeu resposta. A reportagem também tentou contato com o *Estadão*, sem sucesso

O sociólogo e comentarista da emissora de rádio CBN Sérgio Abranches concorda. Afinal, o momento é de intensa transformação e adotar uma postura conservadora é a atitude menos apropriada. “É mais arriscado que surfar nas ondas da mudança. Nesses momentos é preciso certa dose de ousadia”, aconselha. Abranches entende que a crise do jornalismo representa um tópico dentro de um processo de transformação que está em curso no mundo. “É algo igual ou maior que o Renascimento.” Portanto, pode levar anos sem que se consiga prever muita coisa sobre o futuro. Mas uma coisa é certa: “Nós estamos presenciando um desmoronamento da atual ordem social-política-econômica”.

Os autores do dossiê do Tow Center também declaram que “a velha ordem caiu por terra”. Dizem, por exemplo, que não há como olhar para organizações como o Facebook e o YouTube e encontrar ali alguma coerência com a antiga ordem industrial. Do mesmo modo como não dá para olhar novas experiências no jornalismo sem fins lucrativos – como o trabalho de Andy Carvin na National Public Radio (NPR), dos Estados Unidos, durante a Primavera Árabe – e acreditar que o jornalismo está seguro em mãos de empresas voltadas para o lucro. E ainda: “Não há como olhar para a cobertura de manifestações de protesto feita com celulares e para experiências de financiamento coletivo de reportagens (*Kickstarter*) e acreditar que só profissionais e instituições da imprensa podem tornar a informação pública”.

■ A *Kickstarter* é a maior plataforma on-line do mundo de *crowdfunding* – doações coletivas, de indivíduos ou empresas, para financiar projetos. No Brasil, a mais conhecida é a *Catarse*

### MAIS UM ATOR

Em 2004, o conceituado professor universitário e jornalista americano Philip Meyer lançou o livro *Os Jornais Podem Desaparecer?*, em cujas páginas calculou que a edição do último jornal impresso generalista nos Estados Unidos ocorreria em 2043, daqui a exatos 30 anos. Alguns anos depois o escritor reformulou a previsão e admitiu vida mais longa ao jornal impresso. Mesmo que o meio desapareça, por razões que vão desde o consumo excessivo de papel à dificuldade de distribuição, o jornalismo permanecerá. É no que acredita o jornalista e professor de ciências da comunicação Caio Túlio Costa. “Durante mais de 500 anos a sociedade precisou do jornalista para fazer a mediação entre os fatos e os leitores e continuará fazendo, só que não mais como ator principal. Ele precisa entender que agora é só mais um ator.”

A questão é como sobreviver nessa realidade de incertezas e “vacas magras”. Dias depois das recentes demissões seriais na imprensa brasileira, o jornalista e blogueiro Bruno Tortura denunciou a precarização do trabalho do repórter em um texto, exaustivamente compartilhado entre jornalistas nas redes sociais, intitulado “O ficalhalho” – o título é uma releitura para a expressão “passaralho”, que no jargão jornalístico refere-se à lista de demissões (mais na reportagem “Jornalistas possíveis” à pág. 40). O site americano *CareerCast.com*, embora não preze o rigor científico, corrobora o testemunho de Tortura. Recentemente classificou o jornalismo como a pior profissão do mundo, entre 200 outras, levando em conta os seguintes critérios: ambiente de trabalho, salário, nível de estresse, exigência física e condições de contratação.

Em sua coluna dominical no jornal *Folha de S.Paulo*, a *ombudsman* Suzana Singer também fez um desabafo

na semana dos anúncios das reestruturações de vários veículos sobre o fechamento de vagas no seu próprio jornal. A informação da direção da *Folha* foi a de que as redações do futuro deverão ser cada vez mais enxutas, assim como o produto impresso. Para a *ombudsman*, estruturar um jornal menor, mas mais sofisticado para fazer frente às informações gratuitas oferecidas na internet, com uma equipe reduzida e menos experiente, encarregada também de manter um site de notícias 24 horas, é uma fórmula difícil de ser bem-sucedida. E arremata: “Aos que acreditam que o jornalismo de qualidade faz bem à democracia resta torcer para que a travessia (*para um novo modelo de negócio*) dê certo”.

E torcer também para que o cenário dos EUA não se repita por aqui: de 2007 para cá, as vagas em redações de jornais encolheram 27% e hoje se empregam menos jornalistas do que em 1978. São dados de tirar o sono também de estudantes de jornalismo que, além de ainda não receberem uma formação centrada no empreendedorismo, chegarão ao mercado de trabalho com poucas chances de emprego (*mais sobre formação de jornalistas à pág. 46*). E o que dizer do aprendizado prático? Onde encontrar os jornalistas experientes que nas redações povoadas do século passado complementavam a formação dos novatos, os chamados “focas”?

No fim de junho, Leonardo Sakamoto, professor de jornalismo da PUC-SP e coordenador da ONG Repórter Brasil, promoveu uma palestra para debater com os alunos “o fim do jornalismo”. A proposta era debater alternativas para a profissão fora das grandes redações. Boas reportagens custam caro e conseguir financiá-las fora do

Para Sérgio Abranches, adotar uma postura conservadora neste momento é mais arriscado que surfar nas ondas da mudança

domínio das grandes empresas de jornalismo é um caminho desconhecido cheio de senões. “O *crowdfunding*, por exemplo, é uma possibilidade, mas não dá para fazer toda a semana”, ponderou.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Guilherme Alpendre, presente ao evento, identificou dois casos bem-sucedidos de jornalismo sem fins lucrativos: o da rádio NPR e o da ProPublica (agência de notícias independente), ambas com sede em Nova York. A NPR, segundo ele, é financiada por doações do governo dos EUA, dos ouvintes e de fundações. “Consegue angariar cerca de US\$ 7 milhões”, destacou. Há caso de fundações que, por exemplo, financiam o funcionamento de toda uma editoria na emissora quando o tema é convergente. “Uma fundação com finalidade de diminuir a diferença entre ricos e pobres financia a editoria da NPR que cobre desigualdades sociais pelo mundo”, exemplificou Alpendre. Já a ProPublica,



## Entre casos bem-sucedidos de jornalismo sem fins lucrativos estão a NPR e a ProPublica, nos EUA, e a Pública no Brasil

Climate and Land Use Alliance (Clua), Fundação Carlos Chagas, Fundação Ford e Open Society Foundations

embora aceite publicidade, tem como principal fonte de financiamento a filantropia, em especial um *endowment* (doação de um montante por uma família), que deve durar em torno de cinco anos.

Leonardo Sakamoto reconhece que será difícil contar com mecenato no Brasil. No entanto, já começaram a surgir alguns projetos independentes. É o caso da Pública, uma agência de reportagem e jornalismo investigativo, criada pela jornalista Natalia Viana, com apoio de um **grupo de fundações sem fins lucrativos**. As reportagens são publicadas no próprio portal da Pública ou negociadas com publicações de venda em banca (*mais à pág. 38*).

Outro grupo de jovens jornalistas criou recentemente o movimento Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação, que prega o “midialivismo”, um jornalismo de contraponto à tradicional forma como as notícias

chegam ao grande público. O grupo tentava mobilizar jornalistas para um debate em que seriam propostos modelos de jornalismo cooperativo na semana que marcou o início das manifestações pelo País. O encontro foi adiado e o grupo Ninja seguiu fazendo cobertura dos protestos pelo canal #PosTV de transmissão de conteúdo on-line, por meio de TwitCasting, um serviço de *streaming* por rede 3G ou 4G de celular, alcançando enorme visibilidade nas redes sociais (*mais à pág. 40*).

“O bom dessa era é que existe a possibilidade de competição do pequeno com o grande”, afirma Rodrigo Velloso, diretor de conteúdo da plataforma YouTube em San Francisco (EUA) e ex-diretor da *Playboy* na Editora

Abril. “É o outro lado da moeda, o lado vibrante.” Ele cita o bem-sucedido programa de notícias diário *SourceFed* produzido por uma equipe enxuta de repórteres nos EUA e distribuído no YouTube. Eles financiam o dia a dia com publicidade na própria plataforma e, como produzem conteúdo de qualidade, às vezes se associam a uma rede de TV e compartilham o faturamento.

O estudo do Tow Center diz que o mais importante da fase de adaptação talvez seja mesmo reconhecer que estamos em meio a uma revolução – uma mudança tão grande que a estrutura atual da sociedade não tem como contê-la sem ser alterada por ela. Nesse sentido, quem sabe uma passagem pelo pensamento **heideggeriano**, que dedica boa dose de esforço à reflexão dos impactos da técnica e da tecnologia na vida humana, guarde uma boa inspiração para este momento.

O professor de filosofia da Escola de Comunicações e Artes da USP, Clóvis de Barros Filho, explica que Martin Heidegger trata de dois tipos de razão: a objetiva

e a instrumental. A primeira diz respeito ao destino que o homem (indivíduo ou sociedade) quer para si. A segunda, aos meios que vai utilizar para alcançar o destino. “Para Heidegger temos uma imensa capacidade para produzir meios (tecnologia), mas não sabemos bem para quê. Acumulamos os meios, mas não nos ocupamos mais da reflexão sobre para onde queremos ir”, afirma Barros Filho.

Um elemento para essa reflexão, que, aliás, o Tow Center já iniciou, pode ser a discussão do jornalismo enquanto instrumento fundamental à democracia. “A única razão para que tudo isso importe, e não só para quem segue trabalhando no que antigamente chamávamos de indústria jornalística, é que o jornalismo – exposição de fatos que alguém, em algum lugar, não quer ver publicados – é um bem público essencial.” **Colaboraram: Amália Safatle, Mônica C. Ribeiro e Thais Herrero**

Leia a íntegra das respostas dadas pelo jornal *Valor Econômico* na versão digital desta reportagem em [fgv.br/ces/pagina22](http://fgv.br/ces/pagina22).

Você conhece os instrumentos usados no jornalismo de tempos atrás que ilustram estas reportagens? Acesse nosso site e descubra para que serviam.

Relativo ao filósofo alemão Martin Heidegger

## COPYLEFT

# Prenda-me, se for capaz

Na era da internet, abrir mão dos direitos autorais em prol da circulação de informação é a alternativa para veículos de comunicação ganharem força

POR THAÍS HERRERO

“**R**oube nossas histórias”, lê-se no alto do site da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo, também chamada simplesmente de “Pública”. Criada por jornalistas brasileiros independentes, como qualquer outra agência, tem como negócio a produção de matérias jornalísticas. Seu diferencial, no entanto, é não cobrar dos veículos que reproduzem seu conteúdo.

Tudo o que a Pública cria possui o selo do Creative Commons, uma licença autoral aberta (também chamada *copyleft*) que, no oposto do que prevê o *copyright* (ou “todos os direitos reservados”), permite a utilização de uma obra gratuitamente. É a mesma licença que a PÁGINA22 tem, nas versões impressa e digital.

O conceito do *copyleft* nasceu na década de 1970 para o uso de softwares livres quando a indústria da informática ainda engatinhava. Com a chegada e o crescimento da internet e das tecnologias digitais, nunca foi tão fácil acessar e compartilhar informações disponíveis nas redes. Isso abriu espaço para que o *copyleft* fosse uma opção de desburocratizar o acesso ao que circula nesse meio, de músicas a livros, reportagens e vídeos.

“A regra é que a informação quer ser livre”, afirma Natalia Viana, uma das jornalistas fundadoras da Pública. Livre também é a natureza do jornalismo, diz. Por isso, muitos veículos estão aderindo à licença aberta. “O jornalismo tem a vocação natural para se espalhar e as pessoas têm interesse em ler. Em tempos de internet, pensar que é possível controlar para onde vai a informação é um pensamento equivocados.”

A maioria dos veículos que aderem ao *copyleft* não está dentro das grandes corporações. São menores, independentes ou sem fins lucrativos. Além da Pública, outros exemplos brasileiros são a ONG Repórter Brasil, a Agência Carta Maior, o *Le Monde Diplomatique* e a revista *Fórum*. Fora do País, aos poucos o selo do *copyleft* chega também a grandes nomes como a revista *Wired*, que na edição italiana liberou todo o seu conteúdo para reprodução, e a emissora de tevê *Al Jazeera, do Catar*.

Não restringir o reuso de suas produções faz parte de uma postura de defesa à liberdade de expressão e democratização dos meios

de informação. É comum que esses veículos tenham parceiros para troca, complementação e tradução de reportagens. “Cabe a nós da imprensa alternativa fomentar, colaborar, investir e fazer produção comum para que outros veículos surjam”, posiciona-se Joaquim Ernesto Palhares, diretor-presidente da Carta Maior, que tem 16 veículos parceiros de vários países.

A Pública tem mais de 60 mídias republicadoras e 33 parceiras de conteúdo. Para Natalia Viana, esses grupos são possíveis porque a lógica do jornalismo de veículos independentes deve ser colaborativa.

“O jornalismo comercial é o da competição. É preciso limitar o acesso para vender. Isso não faz sentido para a Pública e outros meios sem fins lucrativos. Por exemplo, se há repórteres investigando o trabalho da Polícia Militar nas manifestações em São Paulo [ocorridas em junho], há informações que se completam e precisam ser encontradas por todos eles. Não são dados concorrentes, são complementares para o trabalho”, diz.

E como manter um veículo que produz e abastece outros? Quem está sob *copyleft* nem sempre se atrela à publicidade tradicional, na qual é importante saber a quantidade e o perfil dos leitores. Os investimentos vêm de fundações (caso da Pública, que recebe da Fundação Ford e da Open Society Foundations), de organizações da sociedade civil e até de assinaturas de leitores para cobrir parte dos custos (como o *Le Monde Diplomatique*).

## NEM TUDO É PERFEITO

O site da Carta Maior tem em média 1 milhão de visitantes por mês. Seu Facebook, quase 5 mil seguidores e o Twitter, 52 mil. Para manter essa rede ativa, usa-se verba de publicidade pública. É por isso que tem seus textos com licença aberta, ainda que Palhares não se mostre um grande entusiasta da proposta. “A adoção de *copyleft* é como a vida: nem tudo é perfeito. Um dos problemas é justamente facilitar demais a cópia. As pessoas criam um site qualquer e saem a copiar todo mundo. Às vezes dão crédito, às vezes não”, diz. Ainda assim, mantém-se com *copyleft*, porque não pode cobrar da sociedade por um conteúdo feito com o dinheiro dela própria.

“Se nosso site não fosse feito com dinheiro público, eu pediria



algum valor a quem nos replica. Temos produção própria, pagamos os trabalhadores e colaboradores que escrevem textos exclusivos. Os sites usam isso tudo, ficam com o bônus e com as visitas para buscar publicidade. Eu é que arco com as despesas”, desabafa.

Outro olhar cético ao *copyleft* é dado por Denis Russo Burgierman, diretor de redação da revista *Superinteressante*, da Editora Abril. Ele aprova seu uso em muitos casos, mas considera exagero pensar que o jornalista deveria abrir mão do conteúdo que cria. “A propriedade intelectual faz sentido em algumas situações. Sempre vai existir, porque uma das formas de bancarmos nossa vida é vendendo produto

editorial. Eu escrevo livros protegidos por direitos autorais e, para vendê-los, preciso ser dono”, afirma.

De dentro de uma das maiores empresas de comunicação do País, ele diz que lá dificilmente haverá adesão ao Creative Commons. “Na Editora Abril, o modelo de negócio é investir em qualidade de conteúdo e vender os pacotes desses conteúdos nas bancas. Não faz sentido abrir mão do que produzimos.” Para não ficar atrás em uma sociedade conectada, a *Superinteressante* libera os textos no site três meses após a publicação em papel. “Isso permite que se termine um ciclo comercial”, diz Russo.

## Assim estava escrito

Jornalista da família Mesquita anteviu o drama atual da imprensa e critica as formas de enfrentamento da crise pelas empresas de comunicação

POR EDUARDO MAGOSSI

**N**ascido dentro de um império jornalístico – o Grupo Estado –, Rodrigo Mesquita articulou-se com o futuro da informação, que estava muito além do papel impresso, pensando no destino da empresa diante das crises reticentes com as quais convivia.

Em 1990, por exemplo, antes mesmo da introdução da internet no cotidiano do jornalismo, abandonou o sonho de ser o “repórter dos confins” – ou seja, de buscar a informação onde ela estivesse – e criou um sistema de informações econômico-financeiras em tempo real transmitido por FM, o conhecido Broadcast. Em 1992, já era líder desse mercado, posição que ainda ocupa mesmo com a competição de gigantes como Reuters e Bloomberg.

“Considereei a Broadcast como um aprendizado para o mundo da informação computadorizada que se aproximava”, diz Mesquita, que passou a participar em 1995 do Media Lab, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. O Media Lab foi um dos primeiros fóruns de discussão do novo cenário que se estava desenhando no fim do século passado.

Em artigo publicado em 1997, Mesquita já previa que o futuro estaria na abertura de novas áreas de atuação dentro da rede e não no papel ([acesse em go.gl/Nh1T3](http://go.gl/Nh1T3)). Futuro este que não chegou de repente: “O atual drama dos jornais foi provocado pelo fato de terem o monopólio dos classificados durante 40 anos. Toda indústria que atinge a produção monopolista emburrece”, explica, em entrevista a PÁGINA22.

Presos na gestão do fluxo de caixa, os jornais menosprezaram novas possibilidades de eles empreenderem como comunicadores. Enquanto isso, a internet possibilitou a pessoas e empresas participar da rede como fontes primárias, descartando a necessidade da mediação do jornalismo tradicional. “Até pouco tempo, quem quisesse se relacionar com o pú-

blico precisava fazer *lobby* sobre as estruturas jornalísticas ou comprar espaço publicitário. Hoje, isso não é mais necessário, afetando o caixa.”

Nesse mundo em transformação, Mesquita condena a troca de jornalistas experientes e mais “caros” por outros, iniciantes. “As empresas deveriam estar pensando em novas formas de relações entre capital e trabalho, como criar condições para que esses jornalistas experientes abram sua própria empresa para fornecer conteúdo qualificado”, aconselha.

Para ele, cortar custos por causa da queda de publicidade é decretar a própria morte. Já na rede, ele vê um campo aberto de oportunidades. “O futuro do jornalista está no empreendedorismo. É o das empresas jornalísticas – as que sobreviverem –, em seu processo de digitalização. E este processo abre uma nova frente de serviços e amplia as possibilidades de articulação com as demandas da sociedade por meio do *social commerce*.”

A seu ver, a nova infraestrutura de comunicação que se desenha não descarta o papel do jornalista. “Agora, o profissional de informação é necessário para filtrar as informações que têm consistência, separando-as das besteiras que circulam na internet. Mais de 50% dos usuários da rede não consegue fazer essa distinção.”

Mesquita ressalta que a crise está é no jornal de papel. “O papel do jornal é um espaço que continua aberto para ser ocupado” ([mais em go.gl/gZMxd](http://go.gl/gZMxd)).

Desde 2002, ele se dedica à Sagres, empresa especializada em criar processos de articulação na rede para empresas, setores e entidades. Entre seus principais trabalhos estão a Teia, maior projeto de processos *crowdsourcing* do Brasil, e a rede social CIM, que leva informação e novas tecnologias para municípios paulistas.

Leia a entrevista completa com o jornalista Rodrigo Mesquita na versão digital desta reportagem em [fgv.br/ces/pagina22](http://fgv.br/ces/pagina22).



# Jornalismos possíveis

Conheça experiências de quem se desencantou dos grandes meios, nem os conheceu ou partiu direto para a prática quando o Brasil resolveu ocupar as ruas

POR ANA D'ANGELO

A eclosão da “Primavera Brasileira” (ou Nosso Outono!) no último mês fez surgir junto um número de produtores de notícias e imagens levando a um pé de igualdade entre emissores e receptores na teoria da comunicação. Manifestantes e produtores de notícias se confundiram, pulverizando as informações das centenas de cidades em que ocorriam os protestos, e publicando-as em tempo real nos sites e redes sociais. A grande mídia, não raro, lançou apelos para que o leitor/espectador colaborasse com a cobertura dos movimentos, pavimentando o terreno dos jornalismo possíveis que estão a despontar: seremos todos jornalistas?

Um dos grupos que se vinham articulando fora dos holofotes e, diante da surpresa das marchas, decidiu mostrar e testar sua potência foi o Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. A comunidade no Facebook rapidamente alcançou mais de 20 mil fãs ávidos pela série de fotos inéditas de protestos tanto nas capitais como em cidades menores, em tempo real, onde a grande mídia ignorou ou chegou tarde demais. Textos telegráficos (ou “tuífticos”) acompanhavam as imagens com o reforço da cobertura da PosTV, a webtvê do grupo **Fora do Eixo**.

Os “ninjas” – conforme relata um dos articuladores desse movimento e também do ExisteAmorEmSP, Bruno Torturra – aproveitaram a estrutura dos coletivos vinculados ao Fora do Eixo pelo Brasil e acionaram essa força-tarefa durante as manifestações. “Percebemos que os coletivos são potenciais sucursais do grupo de comunicação independente que estamos formando”, diz o jornalista, que trabalhou por 11 anos na revista *Trip* e como *freelancer* em diversos veículos nacionais “convencionais”.

Da sua experiência profissional e vivência com os colegas, Torturra publicou um texto-chave da crise do jornalismo em que anunciava os propósitos e o nascimento do Ninja. Em “O ficaralho” ([acesse em goo.gl/aHB5F](http://acesseemgoo.gl/aHB5F)), ele alerta para a insatisfação e a sobrecarga de trabalho dos que ficam nas redações depois das demissões em massa promovidas pelos grandes grupos. Sofre quem sai, sofre quem fica e o que resta é um modelo comercial de jornalismo que não se sustenta mais.

“Creiam... não é necessariamente uma tragédia ter tantos, e bons,

jornalistas na rua sem muita chance de voltar a um emprego formal tão cedo. Pode ser, ao contrário, uma excelente notícia. O ambiente perfeito, na ausência de gabinetes e editores, para o jornalismo se reencontrar na rede e nas ruas. Há o potencial de uma idade de ouro da reportagem hoje em dia”, afirma Torturra, em seu artigo.

O Ninja teve de se apresentar às pressas, pois a convocatória aberta aos jornalistas desempregados ou “a fim de se desempregar” acabou cancelada por conta da emergência dos protestos. E foi às ruas quem era ninja. O projeto da mídia independente nunca esteve tão aceso e coincidente com o processo histórico. Torturra avalia que as transformações políticas exigem mudanças nos meios de comunicação. É a chance de *pensata* e de ação em prol de um modelo que ofereça trabalho aos tantos que saem das faculdades de jornalismo e de um sistema social complexo, sedento por diferentes formas de articulação e de comunicação.

O grupo que se desenha a partir do Ninja quer embaralhar gerações de jornalistas: os experientes, menos plugados nas novas mídias e recém-afastados das redações, podem treinar e qualificar os jovens dos coletivos, craques das tecnologias, em uma lógica de retrocontaminação. O vírus do coletivo e as vozes da experiência juntos em ideais de compartilhamento, autogestão, *copyleft* (*mais à pág. 38*), financiamento aberto, tudo isso conformando um modelo de comunicação distante da verticalidade dos organogramas vigentes.

## INTERNET COM CREDIBILIDADE

Um grupo de 30 a 40 repórteres que já se vinha reunindo havia alguns meses também aproveitou o ensejo para dar forma ao projeto Repórter da Internet (RI). Com presença nas principais redes sociais, o grupo quis ser um contraponto à boataria que inunda as redes. “Durante os protestos nós nos dividimos, com alguns profissionais na rua e outros na central, e ali recebíamos as informações e as replicávamos. A intenção era fazer algo diferente da imprensa e ao mesmo tempo mais confiável do que os relatos na internet”, explicou um dos integrantes do RI ao *Estado de S. Paulo*, que acabou por publicar a história em suas páginas analíticas.

A dessacralização do repórter – em que cada um pode ser um

Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais estabelecidos em 25 estados brasileiros que se sustenta a partir de atividades culturais e de educação independentes

produtor de notícia – seria mais uma característica dos novos tempos?

Bruno Torturra pensa que sim. “As pessoas já apuram por conta própria. Na hora certa, ela pode ser repórter, qualificar essa capacidade de texto, fotografia. A gente acha que muda a lógica do jornalismo rapidamente”, afirma o articulador do Ninja, que no fim do mês passado lançou uma convocação nacional para correspondentes fotógrafos, repórteres de texto e cinegrafistas. Mais de 400 pessoas se ofereceram, informa o movimento na página do Facebook.

Então vem aquela pergunta que não quer calar: “Como pagar essa gente?” Ou: “Como os novos modelos vão se sustentar?”

Essa página da história é ainda um desafio para as experiências que estão surgindo. Os colaboradores ninjas na cobertura do protesto, por enquanto, vivem nas estruturas financiadas pelas atividades do Fora do Eixo. Moram em casas coletivas, compartilham carro, estruturas tecnológicas de trabalho e viajam pelo País para eventos e palestras se hospedando nas casas da rede. Torturra acredita que, quando as vozes disponíveis se apresentarem, surgirão modelos de financiamento e de suporte tecnológico para o que está por vir.

O *crowdfunding* tem se mostrado a melhor ferramenta até aqui. Vários projetos ligados a comunicação e jornalismo conseguiram viabilizar-se através do financiamento horizontal colaborativo. Um exemplo é o Cidades para Pessoas ([cidadesparapessoas.com](http://cidadesparapessoas.com)), projeto da jornalista Natália Garcia (foto à pág. 43), que também acredita tanto na mudança da figura do jornalista como na imagem do emprego.

## O fim do emprego formal pode levar à idade de ouro da reportagem, feita nas ruas, nas redes e longe dos gabinetes

“O emprego não é mais a resposta certa. Hoje eu defino como usar meu tempo e procuro conselheiros para fazer o que quero”, ou seja, Natália constrói projetos ouvindo e buscando experiências sobre os temas que interessam a ela.

Depois de passagens pelos grandes veículos e pela angústia que isso tem provocado especialmente para uma geração mais jovem, Natália colocou na plataforma Catarse, de financiamento colaborativo, o projeto de investigação de boas práticas urbanas ao redor do mundo. “Tinha R\$ 2 mil no segundo dia. Não sabia o que esperar desse modelo que eu mal conhecia. Levantei R\$ 25 mil na primeira fase, viajei durante seis meses por sete cidades europeias”, conta.

A partir daí surgiram convites para palestras, reportagens e um blog semanal sobre urbanismo. Na segunda etapa do *crowdfunding*, mais R\$ 17 mil levaram Natália e a ilustradora Juliana Russo, que se juntou ao projeto, a cinco cidades dos EUA e do México para documentar as boas histórias de cidades sustentáveis para seus moradores.

O projeto agora pretende dar um novo passo, revela a jornalista. “Queremos nos transformar em uma espécie de agência de notícias, mas não no modelo tradicional. Criar uma rede de informações de conteúdo urbanístico, incluindo jornalismo, educação, palestras”, diz.

Uma das possibilidades é produzir conteúdo sob demanda da

sociedade – iniciativa privada, governos, instituições, terceiro setor etc. Natália explica que cada conteúdo do Cidades para Pessoas será financiado de uma maneira diferente, mas com diretriz editorial sempre comandada por ela. “Muitas vezes, escolho um eixo de pesquisa e faço entrevistas por algum tempo, até saber que reportagens aquele assunto rende. Em seguida ofereço para veículos que podem se interessar.”

Com isso, ela se alimenta de repertório para dar palestras, cuja remuneração financia a produção de conteúdo desses eixos de pesquisa para o site do Cidades para Pessoas. “É como um círculo de alimentação do projeto, uma rede mesmo. Por isso não vejo como perder liberdade editorial ou capacidade de investigação [pelo fato de ser um jornalismo sob demanda]. Ao contrário: nunca tive mais liberdade. Pesquiso tudo o que quero e escrevo sobre o que quero também.” Natália acredita que a notícia começará a adquirir um caráter de aplicabilidade, reunindo a necessidade dos receptores com o know-how dos emissores (mais uma peça para o quebra-cabeça da comunicação hoje).

### ALAVANCA PARA O MERCADO

Jovens que se decepcionaram ou até mesmo nunca chegaram ao mercado de trabalho da comunicação vislumbraram o cenário perfeito para o nascimento da Alavanca, a empresa social dos jovens da Brasilândia e região, formados no Instituto Sala 5. Essa história nos leva de volta à edição 24 da Página22, há cinco anos, quando buscávamos iniciativas cidadãs em regiões periféricas de São Paulo (leia em [goo.gl/OSNXt](http://goo.gl/OSNXt)) e nos deparamos com a formação propiciada pelo Instituto Sala 5.


Pois bem, os jovens capacitavam-se nas oficinas culturais de fotografia, produção de texto, mobilização, mas acabavam trabalhando como operadores de telemarketing ou eternos estagiários, conta Luiz Flávio Lima, sócio-diretor da Alavanca (foto à pág. 40).

“Tínhamos o canal de entrada dos jovens com a formação em criatividade, técnicas, informação e precisávamos dos canais de saída para potencializar os talentos”, diz Lima. A Alavanca Projetos e Comunicação surgiu para cumprir esse papel, valorizar os talentos formados ali e mostrar ao mercado ferramentas e serviços bastante testados e aprimorados internamente.

Os serviços são facilitação gráfica, fotografia institucional, planejamento estratégico, mediação de encontros, publicações, formação e processos, tudo aproveitado das vivências com os jovens no instituto e que encontraram rapidamente muitos clientes no mercado.

O carro-chefe é a facilitação gráfica – painéis visuais feitos em tempo real durante reuniões de planejamento de empresas como Coca-Cola e Petrobras, que estão entre os clientes da Alavanca. Também a assessoria técnica para desenvolver projetos de comunicação para comunidades é bastante acionada. O grupo desenvolve todo o processo de seleção e colaboração e entrega uma publicação, cartilha ou manual para a empresa.

Todo lucro é reinvestido nos processos de formação da Sala 5 para manter o círculo funcionando, gerando trabalho e renda para os jovens. A Alavanca tem sido chamada para levar seus serviços a outros Estados e este ano foi até o México. Lima pretende ampliar a atuação e até mesmo abrir filiais pelo Brasil se as ideias se encontrarem.

Ter e espalhar muitas vozes é mais uma pista para os jornalismo que se apresentam. 

**As muitas bandeiras deste país** O protesto é uma forma, há diversos meios de agir. É preciso cada brasileiro chamar a responsabilidade para si **POR EDUARDO SHOR\***



Que os protestos recentes no país lembrem que precisamos ser menos tolerantes com o nosso "jeitinho" brasileiro. Aquele da máxima do "aos amigos tudo, aos inimigos a lei", com o desrespeito às leis básicas, o suborno ao guarda, o se dar bem acima de todas as coisas, o furar a fila, o andar pelo acostamento nas estradas, o "olha com quem está falando", a desigualdade social, o preconceito de raça, religião e gênero, os acidentes de trânsito, o aviso pelas redes sociais de que a blitz da Lei Seca está na esquina.

O desamor ao próximo, o jogar o lixo no chão da rua, o analfabetismo, o caos nos aeroportos, os arrastões nos restaurantes, as obras mal-acabadas dos governos, as obras feitas de qualquer jeito por indivíduos negligentes, com prédios inteiros desabando. A maquiagem eleitoral de todos os tipos, o estupro nas vans, o som alto depois das 10 da noite, a exploração do trabalho, a falta de educação, o favorecimento de familiares no preenchimento de cargos públicos, o descaso nos hospitais e o sucateamento das universidades.

A falta de apoio à ciência, o excesso de benefícios para os políticos em Brasília, o fechamento do comércio na favela por mandos e desmandos, o pular a roleta para não pagar, a sonegação de impostos, a carga demasiada de impostos, a não

valorização dos idosos, as crianças fazendo malabarismo com a vida no semáforo em vez de frequentar a escola.

Que nos ajude a lembrar que Carnaval e futebol não devem valer mais que a nossa dignidade e qualidade de vida. Que políticos ficha-suja não podem frequentar o Congresso, nem as Assembleias Legislativas dos estados. Que fazemos parte de um Brasil onde boa parte dos nossos representantes costuma querer mais o bem dos seus bolsos do que o de seus representados.

Enquanto a população menos favorecida se vira do jeito que dá, a que tem mais condições financeiras é a mestre do pagar em dobro pela garantia dos direitos básicos. O plano de saúde, porque a situação geral dos hospitais públicos é difícil. A escola, porque o ensino da rede pública é de qualidade duvidosa. O segurança particular da rua, porque deseja uma proteção adicional. Um valor acima do que seria o preço normal do ingresso de cinema ou teatro – por ser extensa a fila dos sujeitos que mandam fazer uma carteirinha de estudante falsificada.

O novo Maracanã custou cerca de R\$ 1 bilhão para atender às exigências da Fifa, uma organização com sede no outro lado do Atlântico, que vai estacionar por aqui sua "caravela" durante um mês e depois vai embora. Mais sorte, no entanto, tivemos em outro caso. Não fosse a ação da Justiça do Rio

de Janeiro, o Parque Aquático Julio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros teriam sido demolidos para dar lugar a um museu e um estacionamento. Detalhe: o Parque e o Estádio de Atletismo foram reformados ao custo de R\$ 10 milhões para as competições do Pan 2007. Total falta de planejamento.

Os recentes protestos nos fazem pensar se o brasileiro terá abandonado de vez a letargia diante do que lhe diz respeito. Se depender de Pelé, não. Em vídeo veiculado na internet, o Rei do Futebol pede: "Vamos esquecer toda essa confusão que está acontecendo no Brasil, todas essas manifestações e vamos pensar que a Seleção Brasileira é o nosso país, é o nosso sangue".

O futebol é o nosso país, o nosso sangue, mas uma parte deles. Somos a pátria em chuteiras, mas precisamos nos lembrar sempre de que somos a pátria dos títulos de eleitores, das vozes, do "a gente pode fazer melhor", interferindo em nossos rumos. Quando uma partida do Corinthians reúne 2 mil pessoas, é considerada um fracasso de bilheteria. De outro modo, imagine reunir 2 mil pessoas diante de um hospital para protestar contra o atendimento subumano.

Terão as gerações das mídias sociais, do Bolsa Família, da ascensão da classe C e das *start-ups* cansado de ser apenas os festivos brasileiros, amantes do confete, da serpentina e das bundas de fora? Do gigante em berço esplêndido onde tudo acaba em pizza, do sempre foi esse pandemônio e sempre será? Do deixa acontecer, porque falar não surte efeito?

O protesto é uma forma, há diversos meios de agir. É preciso cada brasileiro chamar a responsabilidade para si. Mobilizações como as desses dias serão inúteis se não reavaliarmos nossos hábitos e vermos onde estamos errando, o que podemos aperfeiçoar. Que atitude podemos tomar para fazer deste um país mais sério, melhor e com maior respeito aos seus cidadãos. A revolução começa dentro de cada um de nós.

\* JORNALISTA

**Rumo à "agricultura plurifuncional"** Além de produzir alimentos, as paisagens agrícolas podem regular climas e conservar a biodiversidade. Daí a importância de quantificar seus benefícios para os pequenos produtores e as economias nacionais **POR IGNACY SACHS\***

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Ifad, na sigla em inglês) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) juntaram esforços para produzir um relatório da maior importância sobre os pequenos produtores rurais, a segurança alimentar e o meio ambiente (1). Lembremos que, no mundo de hoje, cerca de 2,5 bilhões de pessoas estão envolvidas em tempo integral ou parcial na agricultura, administrando 500 milhões de pequenas propriedades rurais – das quais 80% estão na mão de pequenos agricultores, e respondem por mais de quatro quintos de alimentos consumidos nos países em desenvolvimento.

Daí a importância de assegurar o bom funcionamento dos ecossistemas do qual depende a produtividade desta agricultura de pequeno porte. Tanto mais que, nos próximos decênios, a demanda das populações urbanas por alimentos continuará a crescer, colocando, ainda mais que no passado, os pequenos agricultores na linha de frente das transformações da agricultura mundial.

Em que pesem os progressos da Revolução Verde e da expansão da área cultivada, o acesso adequado aos alimentos não é facultado, hoje em dia, a todos: 1,4 bilhão de pobres sobrevivem (mal) com uma renda inferior a US\$ 1,25 por dia, incluindo 1 bilhão que mora nas zonas rurais, esforçando-se por tirar um parco sustento do cultivo da terra.

O escândalo é tanto maior que a cultura do desperdício, difundida no mundo, é responsável pela perda de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos por ano, como lembrou recentemente, em audiência com o papa, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva.

No entanto, o relatório do Ifad, citado acima, transmite uma mensagem fundamentalmente otimista: "Com a sua imensa experiência coletiva e o conhecimento



íntimo das condições locais, os pequenos produtores detêm muitas das soluções práticas que podem ajudar a colocar a agricultura num patamar mais sustentável e equitativo".

Compartilho desse otimismo. Contudo, para avançar nesta direção, faz-se necessário superar as falhas do mercado e os outros desincentivos para o uso sustentável dos solos. Por quanto tempo continuaremos a postergar o debate sobre as indispensáveis reformas agrárias, não só no que diz respeito ao Brasil?

Por outro lado, não temos o direito de subestimar os estragos trazidos por uma agricultura pouco atenta às questões ambientais, e que privilegia os resultados imediatos sem pensar em incidências ambientais a longo prazo das tecnologias aplicadas.

Tampouco podemos nos omitir na questão difícil de como incentivar os pequenos agricultores a investir simultaneamente nos aumentos da produção imediata e na sustentabilidade a longo prazo, sabendo que esta última requer conservação de solos e de água, moderação no uso de adubos e o esverdeamento das cadeias de abastecimento.

A FAO tem razão em insistir sobre a necessidade de modernizar os serviços de extensão rural, lançando mão, por exemplo, de cursos práticos de agronomia e servindo-se de rádios locais para difundir os conhecimentos indispensáveis aos pequenos produtores. O desafio maior consiste, no entanto, na

gestão coordenada das paisagens, de modo a proporcionar às populações rurais estilos de vida sustentáveis, bem adaptados às condições locais.

As paisagens agrícolas não se limitam a produzir alimentos. Elas desempenham ao mesmo tempo vários serviços, tais como a regulação de climas e a conservação da biodiversidade. Daí a importância do conceito da "agricultura plurifuncional" e da quantificação dos benefícios dela oriundos, por um lado, para os pequenos produtores e, por outro, para as economias nacionais.

Para avançar nessa direção, podemos nos valer da metodologia proposta no estudo sobre a economia dos ecossistemas e a biodiversidade, conhecido pelo acrônimo Teeb (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), atualmente sob a responsabilidade do Pnuma, com a colaboração da Comissão Europeia, das Nações Unidas, da Alemanha e da Grã-Bretanha. (*mais em Artigo à pág. 13*).

A mensagem central do relatório que serve de base a este artigo é a de que os pequenos agricultores vivendo nos diferentes ecossistemas detêm uma das chaves da transformação futura do mundo. Para que sejam bem-sucedidos nesta tarefa e possam aproveitar os conhecimentos práticos por eles acumulados ao longo dos séculos, faz-se necessário superar os obstáculos institucionais representados por estruturas fundiárias obsoletas, dominadas pela grande propriedade.

E, claro, não podemos nos omitir a recolocar mais uma vez no centro do debate, como já foi dito, a questão da reforma agrária. À FAO e às comissões regionais das Nações Unidas cabem uma responsabilidade e um belo desafio a este respeito: um estudo comparativo e crítico das reformas realizadas no passado, seus avanços e retrocessos.

ECOSSOCIOECONOMISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

(1) O estudo intitula-se *Smallholders, Food Security, and the Environment*, Ifad/Unep, 2013.

# Depois das primeiras impressões

O profissional com capacidade de fazer análise de conjuntura e de dados – com muita qualidade – parece ser o jornalista de amanhã, ou de daqui a pouco. Mas ainda falta as faculdades se prepararem

POR MÔNICA C. RIBEIRO FOTOS AMANDA ABAD

**N**ão faz tanto tempo, entrar na sala de um laboratório de redação em uma faculdade de jornalismo era encontrar sobre as mesas nostálgicas máquinas de escrever, que faziam muito barulho e exigiam aparatos como carbono, corretivo, fitas de tinta e folhas de pautas. Vinte anos depois, os teclados dos computadores são mais silenciosos, mas a revolução que a era digital vem causando na comunicação é ensurdecedora e ainda está para ser assimilada. Mais do que trazer velocidade à produção de conteúdo e sua distribuição – facilitadas pelas redes e por *gadgets* cada vez mais acessíveis, como *smartphones* e câmeras digitais –, tem provocado mudanças profundas e provavelmente irreversíveis, desde o modelo de negócios até a definição do que é o jornalismo (*mais em Entrevista à pág. 18*).

A lógica cartesiana que norteou desde sempre a formação não dá conta dos dilemas e das transformações pelas quais o jornalismo, e por extensão o jornalista, vem passando no mundo. No País, temos visto nos últimos anos demissões de profissionais, fechamento de jornais historicamente importantes – caso do *Jornal da Tarde* e da versão impressa do *Jornal do Brasil* – e diminuição do número de cadernos nos jornais impressos – casos da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo* (*mais na reportagem “Imprensa sem Papel” à pág. 30*). Se o próprio mercado ainda permanece à procura da lógica desse novo modelo, como os futuros jornalistas que buscam um diploma podem se preparar?



Definem as políticas, o processo pedagógico, o perfil técnico e a filosofia de formação dos cursos. Entre as alterações estão nomenclatura específica (Bacharelado em Jornalismo), carga horária total de 3.200 horas, instituição do estágio curricular obrigatório, distribuição de disciplinas de formação específica e atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre do curso

Há controvérsias, a começar pela proposta de **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo**, encaminhada em fevereiro ao Ministério da Educação. Para a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), “a proposta fragmenta e limita a formação jornalística, pois reflete pensamento tecnicista e disciplinar, enquanto no resto do mundo centros de pesquisa e pesquisadores tornam-se cada vez menos apegados a rótulos disciplinares e a objetos nitidamente recortados”.

Do mesmo modo, a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos) vê na proposta a extinção da Comunicação Social como área de conhecimento, fragmentando a formação ([acesse goo.gl/EzR97](http://goo.gl/EzR97)). Hoje nossas universidades formam bacharéis em Comunicação com habilitação em Jornalismo ([goo.gl/NLNnS](http://goo.gl/NLNnS)).

As diretrizes, que aguardam homologação, receberam o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) ([goo.gl/62px9](http://goo.gl/62px9)).

A ênfase atual em teorias gerais da comunicação é tomada como positiva por um lado, na medida em que proporcionaria aos futuros jornalistas um olhar mais amplo sobre a sociedade. Por outro, os que defendem o bacharelado específico para jornalismo veem o atual modelo generalista como responsável por reduzir o espaço para discussões fundamentais à atividade profissional. O relatório da comissão de especialistas instituída pelo MEC aponta que a atual estrutura dos cursos oferecidos promoveu o desaparecimento de conteúdos como ética, deontologia (estudo dos deveres da profissão) e história do jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos mais gerais, que não responderiam a questões específicas suscitadas pela prática profissional.

“Os cursos e as universidades não estão ainda prontos, uma vez que a mudança foi repentina e estrutural”, afirma o professor e coordenador do Centro de Pesquisa Internacional Atopos, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Massimo Di Felice. “Mesmo as empresas de comunicação encontram-se despreparadas. Estamos no começo de uma nova forma de relação com as informações, sejam estas notícias, sejam conteúdos de qualquer tipo.”

Segundo ele, a transformação do jornalismo remete ao advento de uma nova arquitetura da informação. A profissão será mais ligada ao trabalho de organização das informações e de aprofundamento da reflexão sobre temáticas específicas, duas atividades que requerem competências e conhecimentos teóricos.

Carlos Eduardo Lins da Silva, professor e jornalista com passagens pelos jornais *Valor Econômico* e *Folha de S. Paulo* (neste último, foi secretário de redação e *ombudsman*), avalia que a maior parte das escolas de jornalismo no Brasil não é de boa qualidade, embora admita que haja exceções.

Como fatores que explicam em parte esse quadro, ele aponta a falta de recursos e de veículos de laboratório com a edição de

produtos regulares, além da distância entre os que atuam na profissão e os professores. “Nos Estados Unidos, instituições como o **Tow Center for Digital Journalism** ([goo.gl/lzhlc](http://goo.gl/lzhlc)), da Universidade Columbia, foram criadas para pensar criticamente o exercício do jornalismo, e no Brasil falta isso historicamente. Há pouca pesquisa, e muito do que é produzido não é empírico, mas bibliográfico. Esse é um caminho interessante para o ensino no futuro.”

Embora temas como webjornalismo, deontologia do jornalismo digital, jornalismo on-line, notícias na web, ciberespaço, redes colaborativas e jornalismo digital em base de dados estejam entre os trabalhos apresentados na Compós, a análise da ótica de funcionamento das mídias tradicionais ainda é dominante. Mesmo no caso desses novos temas, parece não haver ainda massa pensante que possibilite uma reflexão holística do que poderá significar (e já está significando) o fazer jornalismo com o uso de todos esses recursos.

Tattiana Teixeira, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Grupo de Estudos em Jornalismo criado na Compós em 2000, avalia que “os pesquisadores estão atentos às transformações, seu efeitos e perspectivas. Os resultados dessas pesquisas são apresentados em diferentes eventos, como os encontros da própria Compós, da SBPJor, da Intercom e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo”.

Responsável pelo estudo “Jornalismo Pós-Industrial – Adaptação aos novos tempos”, traduzido pela *Revista de Jornalismo ESPM* na edição do segundo trimestre de 2013

## A estrutura de negócios no mundo analógico está em mudança, abrindo novas áreas de atuação. Com isso, os jornalistas também precisam aprender a ser empreendedores

Como comprovação dessa sintonia, ela cita que, ainda em 2001, um ano após a criação do grupo, um dos estudos apresentados na Compós abordava jornalismo on-line e identidade profissional do jornalista. “A deontologia no jornalismo digital já era discutida em um trabalho de 2003; os sistemas automatizados de produção, em 2005; o jornalismo digital em base de dados, em 2006”, diz Tattiana. ([mais em compos.org.br/biblioteca.php](http://mais.compos.org.br/biblioteca.php))

### À MODA ANTIGA

Curso novo em uma instituição que se caracteriza pela formação de publicitários e inovação, o Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) formará sua primeira turma no próximo ano. Um dos alunos, Gabriel Garcia, que trabalha como estagiário há seis meses na Editora Abril, dá seu depoimento sobre o modelo educacional do curso: “Desde o início temos contato com plataformas móveis, portal, mas o curso ainda é voltado para o modelo de jornalismo antigo, porque não sabemos para onde vamos. As faculdades precisam contar com bons laboratórios e colocar o aluno

para ter experiências antes de entrar numa redação”.

O professor da ESPM Enio Moraes Júnior, também avalia que “o melhor caminho para formar jornalistas é articular, cada vez mais, o ensino da teoria com a prática laboratorial. É trazer os fatos para a sala de aula, valorizar a discussão e a elaboração da pauta como ponto de partida para a reportagem”.

Autor do livro *Formação de Jornalistas: Elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público* (Annablume, 2013), Moraes pondera: “Em muitas escolas, em muitos grupos de pesquisa, estamos nos reinventando. Esse é um sintoma de que nos incomodamos com as mudanças. Penso que, do modelo tradicional, conservaremos, é claro, a essência do jornalismo: o cidadão, o interesse público. Entretanto, cada vez mais repensaremos seu *modus operandi*”.

O novo modelo vai acarretar uma mudança de perfil, na visão de Massimo Di Felice: “Se no contexto analógico o jornalista deveria saber um pouco de tudo, no contexto digital me parece que será mais importante e necessário ser especialista de áreas temáticas, conseguindo elaborar análises que proporcionarão um conhecimento e uma leitura mais criteriosa a leitores e comentaristas de áreas específicas”, diz.

As novas diretrizes curriculares a serem homologadas podem ser boa oportunidade para debater e inserir os sinais dos novos tempos na vida acadêmica de nossos futuros profissionais. Embora as mudanças em curso no jornalismo dos Estados Unidos não se repitam *ipsis litteris* no Brasil, tendemos a ter processos muito similares, uma vez que eles nos servem como modelo. Como aponta estudo do Tow Center, é importante recrutar e formar jornalistas (nas redações ou em faculdades de jornalismo) capazes de lidar com um estado permanente de mudança nesta era pós-industrial.

Ao que tudo indica, as habilidades do futuro jornalista deverão incluir conhecimentos de temas específicos, capacidade de acessar e analisar dados e lidar com fontes múltiplas, inclusive redes sociais. Mais: segundo o professor Urbano Nojosa, da PUC-SP, os jornalistas precisam ser empreendedores. “Havia uma estrutura de negócios dentro do mundo analógico, e ela está se reconfigurando. E essa nova estrutura abre novas áreas de atuação, novos negócios, torna o jornalista muitas vezes mais empreendedor.”

Jeff Jarvis, jornalista, autor do blog [buzzmachine.com](http://buzzmachine.com) e um dos especialistas mais importantes nos EUA sobre a evolução da internet, cunhou a expressão “*do what you do best and link the rest*” (algo como “faça o que é seu forte e ponha *links* para o resto”). Bem, a escolha dos links é também fundamental. Esse exercício de análise e contextualização da informação, não mais apenas registro dos fatos, exigirá uma formação bem mais complexa de nossos estudantes de jornalismo para o exercício futuro de sua profissão.

Em terra de superdistribuição de conteúdo, quem souber fazer a curadoria dos links e a análise de conjuntura com qualidade será rei. ■





## Página aberta

**A**té que PÁGINA22 chegue a suas mãos há um longo percurso de processos e pessoas que se complementam. São reuniões de pauta para definir temas e imagens, pesquisas, pé na estrada para entrevistar uns, mão no telefone para entrevistar outros. Fotos tiradas dentro de estúdios ou debaixo de sol e chuva. Telas em branco que viram páginas diagramadas, cores e formas, revisões e correções. Arquivos digitalizados transmitidos de e-mail a e-mail. Muito texto, muita imagem. Enfim, inspiração e, mais ainda, transpiração.

Para fechar nossa edição metalinguística, selecionamos algumas imagens da equipe de PÁGINA22 durante esse processo, que é mais que jornalístico, chega a ser artístico. E artesanal. Leva um mês sendo incubado para durar (esperamos) muito mais nas mãos e mentes dos leitores. Em sentido horário estão: reunião de pauta de arte e fotos, o fotógrafo Artur Fujii produzindo a seção *Retrato*, a equipe da Vendo Editorial montando as páginas e, por último, o dia do fechamento final, para então o ciclo recomeçar. – **POR THAÍS HERRERO**



## UMA EMBALAGEM QUE RENOVA.

O papel utilizado na fabricação das embalagens cartonadas da Tetra Pak é proveniente de florestas certificadas pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) e outras fontes controladas.

O plástico utilizado nas nossas tampinhas vem de fonte renovável, a cana de açúcar.

Estamos comprometidos em produzir uma embalagem 100% renovável para as próximas gerações.

Esse é o nosso compromisso!  
Caixinha da Tetra Pak.  
Uma embalagem que renova.



Rosana Henrique e família,  
colaboradora da Tetra Pak



A marca da  
gestão florestal  
responsável



Embalagem 100% reciclável. Saiba mais em nosso site: [www.tetrapak.com.br](http://www.tetrapak.com.br)

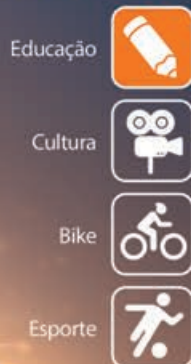
Ler para uma criança  
muda o mundo dela  
e o seu ao mesmo tempo.

Por isso estimulamos a leitura,  
e já oferecemos mais de 30 milhões de  
livros com o Programa Itaú Criança.

Conte com o Itaú  
para mudar o seu mundo\_:-)

#issomudaomundo

Quer saber mais?  
Acesse [www.itaú.com.br/issomudaomundo](http://www.itaú.com.br/issomudaomundo)



AFRICA



Banco Oficial da Copa do Mundo da FIFA 2014™  
e da Seleção Brasileira de Futebol

Itaú. Feito para você.

